REFERENCIAL

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

N.º 50 / JANEIRO A MARÇO 98 / ANO 12

EDITORIAL

ÉTICA, POLÍTICA E PODER

«É comum considerar-se e referir-se a incompatibilidade congénita entre a ética e a política. Certamente que esta convicção não é despida de alguma dose de justificação, mas esta justificação resulta mais da análise que geralmente se faz do comportamento dos políticos, do que da interpretação da política, enquanto ciência colocada ao serviço da vida dos homens em comunidade.

FÉNELON, homem das luzes e de ideias arejadas face ao Estado absolutista e reaccionário do seu tempo, deu uma definição de política que, em parte, me satisfaz: **"O objectivo da política é a felicidade dos homens, na qual o interesse particular coincide com o interesse geral".**

HEGEL, pouco mais de um século depois, mas ainda condicionado nos espartilhos do Estado absolutista prussiano, não deixava de reconhecer que "**a política é a ciência da realização histórica da liberdade".**

Estas duas citações – e deliberadamente evitei recorrer a pensadores modernos que pudessem conferir alguma conotação ideológica ao conceito – servem-me para suportar a convicção de que não é a política que, tematicamente, entra em conflito com a ética.

O que se tem mostrado, sistematicamente, incompatível com a ética, imagem aliás recentemente agravada pelas deploráveis revelações de corrupção, de nepotismo, de compromissos com os mais sinistros sectores da marginalidade social, que nos chegam de tantos países do chamado mundo ocidental, é o poder e, como sede institucional do exercício do poder, o Estado. Se quisermos recorrer ao mesmo FÉNELON, ele completa, exemplarmente, a frase que atrás citei, dizendo que: **"a política identifica-se com a moral; a razão de Estado é uma doutrina perniciosa".**

É verdade que o conceituado politólogo JEAN-PIERRE LASSALE considera que **"a política é, por excelência, o domínio da ambiguidade, é sinónimo de arranjos, de regateios, de compromissos, de combinações".** *E invoca mesmo VOLTAIRE para se interrogar* **"que é a política senão a arte de mentir a propósito?"** *Mas quando LASSALE tece estas depreciativas considerações sobre a política, é na área específica do poder que se coloca, pois esclarece que o faz no pressuposto de que* **"a política é a ciência do poder",** *como a define MAURICE DUVERGER.*

É impossível colocar a questão do divórcio entre ética e poder, sem se recorrer ao sempre presente NICOLAU MACHIAVEL e ao seu livro "O Príncipe". Mas note-se, em abono da distinção que venho fazendo entre política e poder, que a preocupação de MACHIAVEL não é a elaboração de doutrina política mas, isso sim, sistematizar e conferir coerência ao resultado da sua observação da prática do poder. BACON louva MACHIAVEL, não pelo que ele diz, mas por ter dito **"sem hipocrisia o que os homens fazem, em vez do que eles deviam fazer".**

E o que é que nos diz MACHIAVEL? Diz-nos, por exemplo:

– que a virtude de um governante que queira

(Continua na última pág.)

SUMÁRIO

Editorial 1

Opinião ..... 3 a 8

Recordar a Nossa História ..... 9 a 11

Sementes de Abril ..... 12 a 15

Testemunho 16

25 de Abril: XXIV Aniversário 17

Da Direcção 18/19

Das Delegações e Núcleos 20/21

Vida Associativa 22

Desporto e Recreio 23

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

DIRECÇÃO:
Pedro Pezarat Correia

IMPRESSÃO:
Tip. Escola ADFA
Rua Artilharia Um
Telef. 385 35 93
1070 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

ENDEREÇOS:
Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
Tel. 4198105 • Fax 4198130
2795 Linda-a-Velha
DELEGAÇÃO DO NORTE
Apartado 4678
4012 PORTO
DELEGAÇÃO DO CENTRO
Apartado 3041
3000 COIMBRA
DELEGAÇÃO DO CANADÁ
153 Hamilton St
Toronto - Ontario – M4M 2C9
NÚCLEO DO ALGARVE
Rua Francisco Gomes, 18 - 1.º
8000 FARO
NÚCLEO DE CASTELO BRANCO
Bairro Buenos Aires, 47
6000 Castelo Branco

Depósito Legal N.º 32998/89

JANTAR CONVÍVIO

Caro associado

Aproxima-se mais um aniversário do 25 de Abril e, logicamente, mais uma vez nos vamos reunir num fraterno convívio.

Continuando a experiência do ano passado, vamos conviver num local ligado à actividade do MFA. Desta vez, vai ser nas instalações da ***Manutenção Militar***, onde se realizaram importantes reuniões depois do 25 de Abril, bem como a Assembleia Constituinte da nossa Associação 25 de Abril.

Vamos continuar, também com o processo de ***inscrição prévia*** Tendo presente experiências anteriores (dificuldades de fornecimento de jantar a todos os não inscritos...), apelamos a que se ***INSCREVAM JÁ***, por carta, fax ou telefone, para a A25A.

Para facilidade de organização apelamos também ao ***pagamento antecipado*** do jantar. Isso permitir-nos-á ***enviar pelo correio a senha de entrada***, o que tornará bem mais fácil o trabalho no local do jantar. Por isso, insistimos. ***faça a inscrição, envie o pagamento prévio e receberá a senha para o jantar***.

Se por qualquer motivo não puder fazer a inscrição prévia, não deixe de comparecer. Encontrar-se-á sempre uma solução. Mas, por todos os motivos invocados, no mínimo inscreva-se já e, se possível, faça o pagamento antecipado, **até ao dia 6 de Abril**.

Colabore e ajude-nos a melhorar o convívio do 24.° aniversário do 25 de Abril.

LOCAL	Manutenção Militar Rua do Grilo, 11 - Lisboa
DATA / HORA	Dia 24 de Abril de 1998, às 19h30
PREÇO	2.500$00 (dois mil e quinhentos escudos) por pessoa
EMENTA	Uma surpresa...

DIVULGUE esta iniciativa, junto dos amigos do 25 de Abril

TRAZ OUTRO AMIGO, TAMBÉM! VENHAM MAIS CINCO!

INSCREVA-SE, atempadamente

Saudações amigas

16/MAR/98

A DIRECÇÃO

Na capa: *Cartaz Comemorativo do XXIV Aniversário do 25 de Abril, da autoria do sócio efectivo LUÍS BANAZOL*

O ARSENAL DO ALFEITE E A ARMADA

Este artigo é o desenvolvimento de uma intervenção do autor durante o Encontro-Debate promovido pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, realizado em 30 de Janeiro de 1998 no Hotel Altis.

O autor é Vice-Presidente da Direcção da A25A e foi Director Técnico do Arsenal do Alfeite na década de 70.

Há já vários anos que no âmbito da Defesa Nacional estão em curso estudos para tentar solucionar o difícil problema da viabilidade económica dos chamados Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas. Sem pretender debater esse problema na sua generalidade, creio ser útil esclarecer alguns aspectos da situação ímpar do Arsenal do Alfeite no seio desses EFFA, que por vezes são desconhecidos por quem eventualmente estará destinado a apreciar o problema por forma demasiado redutora.

O conceito da reestruturação dos EFFA é dificilmente dissociado da ideia que todos esses estabelecimentos tiveram um incremento das suas actividades durante o período que genericamente corresponde ao da Guerra Colonial, atingindo dimensões e capacidades produtivas que excedem as reais necessidades de umas FA redimensionadas para tempo de paz. Ora se esse era certamente o caso dos estabelecimentos que se destinavam ao fabrico de munições e armamento, e possa eventualmente ser aplicável a outros EFFA ainda existentes, não é certamente o caso do Arsenal do Alfeite.

Para se avaliar essa diferença é indispensável recordar, embora sucintamente, qual foi ao longo do tempo a actividade do Arsenal do Alfeite em relação às necessidades da Armada, sendo por vezes importante distinguir entre as actividades de reparação e de construção dos navios de guerra.

O Arsenal do Alfeite, cujos trabalhos de construção se iniciaram em 1929, foi oficialmente criado em 31/12/37 pelo Dec.-Lei n.º 28408 para substituir o antigo Arsenal de Marinha, considerado então como funcionando mal, pelo que era dada ao novo Arsenal a autonomia necessária para "exercer a indústria de construção naval segundo as normas usadas na indústria particular", para citar palavras da Lei Orgânica do AA posta em vigor pelo decreto-lei acima indicado. Mudavam-se as regras e as condições mas não se alterava a função primordial do arsenal, que era reparar e construir os navios da Marinha de Guerra.

... a função primordial do arsenal(...) era reparar e construir os navios da Marinha de Guerra.

A transferência do Arsenal para a margem sul do Tejo foi quase uma imposição técnica que decorreu das apertadas condições em que trabalhava o Arsenal de Marinha, entalado entre o Tejo e a Rua do Arsenal, então a única ligação transversal da cidade de Lisboa à beira-rio. Só que a essa transferência foi associada a criação de um arsenal novo, que se pretendia sem os vícios do antigo, para trabalhar em moldes semelhantes aos da indústria particular.

Se as intenções eram boas, a concretização deixou muito a desejar. Em primeiro lugar, porque à necessidade técnica de transferir o Arsenal para a margem sul, integrado geograficamente no seio da Base Naval do Alfeite, pretendeu o regime então vigente proceder a um saneamento do que considerava um foco de instabilidade política tão vizinho dos centros do poder quase exclusivamente concentrados nos Ministérios do Terreiro do Paço: ao binómio marinheiros dos navios de guerra-operários do Arsenal era então atribuído um perigo potencial de destabilização do novo regime que convinha, na medida do possível, esconjurar. A criação do Arsenal do Alfeite foi assim um pretexto para despedir a totalidade dos operários do Arsenal de Marinha e admittr no novo Arsenal quem era considerado politicamente seguro! Em segundo lugar, porque a maioria dos técnicos de que dispunha a Marinha recusaram-se a transitar para o novo arsenal sob as ordens de uma administração politicamente muito marcada: para a sua chefia foi chamado um jovem engenheiro da confiança pessoal de Salazar, que inclusivamente não tinha preparação específica no campo naval.

... à necessidade técnica de transferir o Arsenal para a margem sul, integrado geograficamente no seio da Base Naval do Alfeite, pretendeu o regime então vigente proceder a um saneamento do que considerava um foco de instabilidade política ...

É necessário comentar que aquelas medidas saneadoras não impediram a entrada no Arsenal do Alfeite de muitos operários que não morriam de amores pelo Estado Novo. Como foi prática corrente em empresas civis noutros locais durante largo período de tempo, também no Arsenal do Alfeite a inscrição na Legião Portuguesa era "recomendada" para quem não queria ter problemas com as chefias, pelo que aos operários que durante os fins de semana se dedicavam ao treino militar se chamava na altura o "batalhão melancia", verde por fora mas vermelho por dentro.

Em relação ao antigo Arsenal de Marinha, e porque é certamente um episódio pouco conhecido, vou recordar aqui o

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

que em tempos me foi relatado por um meu ilustre chefe já falecido, o almirante engenheiro construtor naval Fernando Campos de Araújo. Contava ele que um dia, em meados da década de 30, sendo dirigente da oficina de tornos do Arsenal de Marinha, se tinha visto na situação de expulsar da sua oficina, exortando-o a ter um comportamento mais próprio de um oficial da Armada, o jovem tenente Tenreiro que, de pistola em punho e acompanhado por vários agentes da PVDE, antecessora da PIDE, pretendia prender um operário da oficina. O nome desse operário era Bento Gonçalves e o gesto digno mas algo quixotesco do engenheiro Araújo não impediu a sua prisão logo que saiu do recinto do Arsenal.

... engenheiro construtor naval Fernando Campos de Araújo(...) em meados da década de 30, sendo dirigente da oficina de tornos do Arsenal de Marinha, se tinha visto na situação de expulsar da sua oficina, exortando-o a ter um comportamento mais próprio de um oficial da Armada, o jovem tenente Tenreiro que, de pistola em punho e acompanhado por vários agentes da PVDE, antecessora da PIDE, pretendia prender um operário da oficina. O nome desse operário era Bento Gonçalves ...

Voltando às condições em que iniciou a sua laboração e apesar das boas instalações de que progressivamente passou a dispor, o Arsenal do Alfeite não teve à partida os recursos humanos qualificados em número suficiente para responder às necessidades da Marinha de Guerra.

Pior do que isso, o Arsenal do Alfeite passou a ter uma óptica de gestão própria, só parcialmente correspondia às necessidades da Armada. No que diz respeito às reparações, só procedia às de alguns tipos de navios, situação que se agravou progressivamente e que se tornou crítica na década de sessenta com o aumento importante dos meios navais relacionado com a Guerra Colonial. Foi um período áureo da indústria particular de reparação naval nesta actividade; a Lisnave, ainda nas suas instalações da AGPL na Rocha do Conde de Óbidos, a Parry & Son, a Argibay, e outros estaleiros pouco maiores que oficinas, supriram com algumas deficiências mas com particular êxito económico às necessidades de reparação que o Arsenal continuadamente ignorava. A situação foi ainda pior no campo da construção. Dispondo o Arsenal de 5 carreiras de construção, duas das quais eram à época únicas no País, só ocasionalmente construiu pequenos navios para a Armada, ao mesmo tempo que foi construindo grandes cascos e navios completos para armadores nacionais e estrangeiros durante as suas primeiras três décadas de actividade. Quando a Marinha teve necessidade de substituir o "São Brás" por um petroleiro de maior porte, o "São Gabriel", a construção foi entregue aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, mesmo que para isso tenha sido necessário limitar o seu comprimento ao da maior doca então existente em Viana do Castelo. Por essa altura o Arsenal do Alfeite construia o "Gerês" para a Soponata.

O Arsenal do Alfeite passou a ter uma óptica de gestão própria(...) só parcialmente correspondia às necessidades da Armada.

Quando a Marinha teve necessidade de substituir o "São Brás" por um petroleiro de maior porte, o "São Gabriel", a construção foi entregue aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ...

Quem como eu, teve a oportunidade de conhecer o funcionamento do Arsenal do Alfeite em relação aos navios da Armada durante grande parte da década de 60, não tem dúvidas em afirmar que o Arsenal e a Marinha viviam então de costas voltadas um para outro. Só no final dessa década, com o aumentar do número de técnicos e gestores oriundos da Marinha, começou uma lenta evolução no sentido de melhor corresponder às reais necessidades da Armada, sobretudo no campo da reparação, pois que no da construção só foram construídas no Arsenal cerca de um quinto das 153 lanchas de diversas tonelagens construidas entre 1961 e 1976 e nenhum dos 21 navios de maior porte construidos para a Armada nesse mesmo período. A construção no Arsenal de um navio balizador, simples em termos de construção militar, foi uma excepção àquela regra.

Por essa altura o Arsenal do Alfeite construia o "Gerês" para a Soponata.

Com a recusa do Arsenal em proceder à primeira grande reparação dos submarinos da classe "Albacora" construidos em França, o que obrigou a fazê-la em Toulon, e o beco sem saída em que se encontrava em inícios de 1974 a reparação do segundo submarino, a Marinha foi obrigada a tomar medidas drásticas para resolver essa manifesta incapacidade. Assim foram impostos ao Arsenal os técnicos de que a Marinha dispunha e de que o Arsenal não sentia a falta, ao mesmo tempo que lhe era atribuida a responsabilidade total pela resolução do problema. Facto inédito e que perdura no tempo, foram ainda atribuidas ao Arsenal as funções de Direcção Técnica, no que diz respeito aos submarinos, e as de aquisição de todo o material necessário para as suas reparações, incluindo a dos por vezes impropriamente chamados sobresselentes. No final do ano de 1974 o "Barracuda" terminava a reparação que se arrastava desde Maio de 1972 e, desde então, o Arsenal tem mantido o nível de qualidade dessas reparações por forma exemplar, permitindo mesmo prolongar para cerca de 30 anos a vida dos navios inicialmente prevista para 20 anos.

O exemplo dos submarinos e sobretudo as mudanças de chefia resultantes do 25 de Abril que permitiram reforçar a vinda para o Arsenal de técnicos militares conhecedores dos navios, tiveram como consequência uma grande melhoria do nível das reparações efectuadas no Arsenal e sobretudo uma muito melhor adequação da capacidade

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

... as mudanças de chefia resultantes do 25 de Abril que permitiram reforçar a vinda para o Arsenal de técnicos militares conhecedores dos navios, tiveram como consequência uma grande melhoria do nível das reparações efectuadas no Arsenal e sobretudo uma muito melhor adequação da capacidade reparadora com as necessidades da Armada.

reparadora com as necessidades da Armada. Outra medida de grande significado foi a integração no Arsenal das oficinas de sistemas de armas e de sistemas electrónicos, anteriormente sob a responsabilidade das respectivas Direcções Técnicas, permitindo finalmente que as reparações pudessem ser realizadas como um todo e não por tipos de equipamentos, como foi a regra durante demasiados anos.

Com a actual complexidade dos navios militares, é minha convicção que só é possível reparar navios de guerra com suficiente qualidade e em tempos aceitáveis, recorrendo para os navios de superfície a medidas semelhantes às que foram tomadas em 1974 em relação aos submarinos. Não tem sido esse o entendimento da Marinha e as reparações dos navios de superfície ainda sofrem por vezes de alguns dos problemas clássicos que já deram pretexto à extinção do Arsenal de Marinha na década de 30.

Actualmente o Arsenal dedica a quase totalidade da sua capacidade industrial à reparação dos navios da Armada, sendo percentualmente marginais quaisquer outras actividades. Por outro lado a Marinha repara a grande maioria dos seus navios no Arsenal. Jamais em tempo algum da sua existência as actividades do Arsenal estiveram tão dependentes das necessidades da Marinha no campo da reparação.

Outro facto ainda a considerar como pertinente é a dificuldade que hoje em dia constitui a reparação dos navios da Armada nos poucos estaleiros de reparação naval existentes, com o mesmo nível de qualidade do obtido no Arsenal. Não por em teoria isso ser impossível, mas por não ser rentável, em concomitância com outros estaleiros, criar sectores especializados, com recursos humanos e oficinais próprios, cuja utilização ficaria dependente das necessidades de reparação dos navios da Armada, que podem ser relativamente estáveis no tempo mas são limitadas em termos de mercado. A Marinha tem igualmente a obrigação de melhorar e adequar os meios de que o Arsenal dispõe aos navios que adquire, em particular meios de docagem dos navios, pois só assim pode garantir a sua independência logística neste campo.

No que diz respeito à eventual construção de navios para a Marinha ou para outros utilizadores, salvo os de pequeno porte e sobretudo de menor complexidade militar, dificilmente poderá ser encarada no Arsenal sem uma associação íntima com outros estaleiros no estrangeiro. Com os recursos humanos existentes no sector do projecto no Arsenal, o que é igualmente verdade para qualquer outro estaleiro nacional, é difícil em Portugal projectar e construir em tempo útil navios de guerra sofisticados, cujos sistemas de armas, de detecção, de propulsão, etc., serão importados na totalidade do exterior, e cujo número será sempre reduzido.

O Arsenal do Alfeite, ao contrário do que sucedeu durante dezenas de anos da sua existência, alcançou finalmente a condição de estaleiro de reparação da Marinha.

O Arsenal, ao contrário do que por vezes se ouve dizer, e em contraste com o que sucedeu nas primeiras décadas da sua existência, não tem actualmente capacidade para se dedicar à construção de navios não militares, em condições economicamente favoráveis. Construir navios de maior porte em carreiras de construção é actualmente pouco económico quando comparado com a construção em doca. Além disso, a necessidade de, no mínimo, reforçar grandemente os existentes recursos humanos da caldeiraria naval e da soldadura, exigidos por tais construções, sem garantia de continuidade de encomendas, viria criar difíceis problemas de desemprego temporário. A actividade de construção naval no Arsenal, em minha opinião, deve ser concebida como um volante de utilização de tais recursos, que deverão sempre existir num estaleiro de reparação para enfrentar as raras ocasiões em que os navios necessitam deles (grandes avarias de casco devido a abalroamentos, encalhes, incêndios,etc.). Como, por exemplo, para construir paulatinamente uma nova doca flutuante com capacidade para a docagem dos novos navios e assim reforçar a resposta do Arsenal nesse campo.

Em resumo, e para concluir, o Arsenal do Alfeite, ao contrário do que sucedeu durante dezenas de anos da sua existência, alcançou finalmente a condição de estaleiro de reparação da Marinha. Esta repara nele a quase totalidade dos seus navios, incluindo nessas reparações todos os sistemas que durante muitos anos foram reparados em oficinas próprias da Marinha, prática hoje em dia inaceitável devido à complexa interdependência existente entre todos os sistemas que constituem os navios modernos. A eventual melhoria do nível de qualidade dos fabricos e sobretudo um melhor cumprimento dos prazos de execução poderiam ser obtidos com a tomada de medidas semelhantes às que presidiram à criação no Arsenal do Alfeite de um sector de reparação dos submarinos, responsável total e único perante a chefia da Marinha pelas reparações completas dos navios, sem exclusão de quaisquer aspectos com elas relacionados.

O Arsenal do Alfeite depende e encontra justificação para a sua existência duma ligação cada vez mais íntima com a Marinha. Mas é igualmente verdade que a Marinha não pode dispensar a existência, no seio da sua única base naval importante, de um Arsenal que lhe resolva a contento o problema da manutenção dos navios da Armada.

JOÃO FALCÃO DE CAMPOS

O 25 DE ABRIL E A LIBERDADE

JOSÉ VERDASCA é uma voz de Abril em São Paulo, Brasil. E é um "capitão de Abril", ao contrário do que, modestamente, assume. É sócio e militante da A25A, participando nas suas actividades quando se encontra em Portugal, como aconteceu agora, durante a última AG, que contou com a sua presença.

O barco da história, quando navega em mar calmo, limita-se quase sempre a uma pachorrenta rotina, caraterística de períodos em que as sociedades, normalmente, sofrem poucas mudanças. Foi o que aconteceu durante as três primeiras décadas do Estado Novo, quando as prisões dos contestatários do regime eram, muitas vezes, atos de vingança para os delatores; manifestações de "autoridade" para os *regedores e administradores de concelho* nomeados; e rancorosos actos de violência do poder constituído, onde pontificavam ministros sem personalidade, "chefes" muitas vezes sem caráter e, em alguns casos, e lamentavelmente, comandantes sem dignidade.

Mas eis que – previsível e previsto – surge para Portugal o drama ultramarino, enfrentado pelo governo de modo desumano e ditatorial, de vez que – irracional e irresponsávelmente – não deram nossos governantes qualquer atenção aos exemplos então recentes da Indochina, do Congo, da Argélia e muitos outros, tendo optado por uma tentativa de solução politicamente desastrada, moralmente condenável e militarmente perdida; por falta de inteligência e humildade, e devido a um soberbo orgulho e insana ousadia, a Nação sofreu mais de 13 anos de guerra para, ao fim de mais ou menos 30 mil mutilados e feridos, e muitos milhares de mortos, conceder uma desastrada independência às possessões africanas, com a fuga precipitada de quase UM MILHÃO de "retornados", o que poderia e deveria ter sido feito adequadamente 15 ou 20 anos antes.

Nutro profundo respeito pelos combatentes idealistas (fui um deles), mas nutro mais ainda pelos Capitães de Abril (de que infelizmente não faço parte), especialmente pela sua desprendida e corajosa determinação de mudar de rumo, uma vez reconhecido o erro do caminho trilhado, ostensivamente na contra-mão da história e, o que era muito mais grave, à revelia da justiça, da moral e da ética. E, a provar tudo isto, está o fato de a quase totalidade das Forças Armadas ter apoiado o 25 de Abril, e de a esmagadora maioria da Nação a ele ter aderido desde o primeiro instante. Foi, pois – apesar de encabeçado pelas F.A. – um movimento do povo, para o povo e pelo povo, por isso mesmo *legal, digno, justo, moral e ético.*

Nutro profundo respeito pelos combatentes idealistas (fui um deles), mas nutro mais ainda pelos Capitães de Abril.

Com o 25 de Abril, e malgrado os tumultos e erros iniciais, a nação portuguesa voltou ao seu normal, quando, extinta a Pide e implantada a democracia, o povo passou a ter governos eleitos, liberdade e direitos individuais, e o Estado viu-se de novo respeitado pela comunidade internacional, integrando-se aos mais prestigiados organismos regionais e planetários, mescê da outorga da liberdade aos povos africanos, nossos parceiros culturais e humanos. E os militares, que tiveram a coragem de fazer a paz, depois de induzidos a praticar a guerra, são agora os companheiros dos antes adversários, a quem prestam apoio e assessoria, numa superior demonstração de humildade, fraternidade e espírito humano.

Os militares, que tiveram a coragem de fazer a paz, depois de induzidos a praticar a guerra, são agora os companheiros dos antes adversários, a quem prestam apoio e assessoria, numa superior demonstração de humildade, fraternidade e espírito humano.

Entretanto, passado quase um quarto de século, e apesar do entusiasmo, a dedicação e mesmo o sacrifício de um punhado de heróis da guerra e da paz, temos uma Associação 25 de Abril fraca e desprestigiada face a alguns setores governamentais, talvez porque os excombatentes em geral, e os associados em particular, dela facilmente se esqueceram, para não dizer que a Nação – ingrata e de curta memória – não valoriza a democracia que tem, dada por Abril, nem reconhece o prestígio internacional devido às mudanças proporcionadas pelo movimento de Abril, pelos capitães de Abril e obedecendo ao ideal de Abril.

Ao fim de quase um quarto de século vamos, finalmente, possuir uma sede condigna, a materializar um sonho coletivo mais que justo, uma necessidade da Associação mais que evidente, e um prémio ao trabalho da Direção mais que merecido. Que ela seja: um autêntico santuário, a perpetuar o ideal de Abril entre as gerações vindouras; a catedral onde se cultivem e propaguem as virtudes pátrias; e uma escola de civismo e camaradagem, para ensinar aos portugueses do próximo terceiro milénio, que não mais haverá regimes autoritários e de um só homem, e impedir que as decisões que a todos interessam, não mais sejam tomadas à revelia da Nação soberana e livre, composta por uma sociedade equilibrada e justa, caraterizada pela *Justiça na Igualdade de Aristóteles*, a qual, segundo o grande mestre, consiste em *tratar desigualmente os seres desiguais, na medida em que se desigualem.*

Jamais podemos esquecer que, ao 25 de Abril, devemos a democracia que temos; a reintegração de Portugal na Europa e no mundo, o fim das guerras fratricidas, com todas as suas injustiças e misérias; a pacificação e união da sociedade portuguesa, o progresso e a relativa justiça social que usufruímos; e o possível bem estar coletivo e a estabilidade democrática que desfrutamos.

No próximo ano devem comemorar-se condignamente as Bodas de Prata do 25 de Abril; nesse sentido, sugiro à Direção Central da Associação que comece, desde já, a pensar em um programa que mobilize o Governo, as Forças Armadas e a Nação como um todo, para que os jóvens conheçam o movimento e seus *porquês?*, e a população portuguesa reviva essa data importante e feliz, a que deve o atual regime de liberdade e democracia.

São Paulo, Abril 98
José Verdasca

No próximo ano devem comemorar-se condignamente as Bodas de Prata do 25 de Abril

A REALIDADE REAL

De há uns tempos para cá vem sendo referida, com frequência, a chamada realidade virtual. Creio que a generalidade das pessoas não faz nenhuma ideia do que isso seja e começa logo por sentir dificuldade em aceitar a existência de um conceito traduzido por duas palavras perfeitamente antagónicas.

Não é meu objectivo esclarecer o que é a realidade virtual ou dissertar sobre a sua eventual importância. Confesso que ela não me desperta o mínimo interesse nem ocupa os meus pensamentos.

Interessa-me, sim, a realidade real pelo que traduz de conceitos, de perspectivas, de posições e de intenções que, na generalidade dos casos, afectam grupos humanos, a própria humanidade no seu conjunto ou revelam deturpações de princípios e absoluta indiferença pelas verdades fundamentais. Vejamos alguns exemplos.

Atravessámos, há pouco, a quadra do Natal que é tradicionalmente conotada com uma mensagem de paz e amor. Embora se mantenha a sublimidade destes ideais, a realidade real é que praticamente já ninguém lhes liga e a luta impiedosa pelo poder e pelo dinheiro torna-se cada vez mais feroz e implacável.

O oprimir e o matar transformaram-se em passatempos lúdicos perfeitamente aceitáveis desde que não afrontem os interesses dos poderosos. O que se tem passado na Argélia, no Ruanda e no México é um exemplo elucidativo.

O Natal deixou de ser uma pausa de reflexão e tornou-se um período totalmente dominado pelo consumismo escravizante. O que interessa é comprar, gastar dinheiro e meter inveja aos outros.

O Natal deixou de ser uma pausa de reflexão e tornou-se um período totalmente dominado pelo consumismo escravizante.

Mesmo nas nossas aldeias mais remotas o singelo Menino Jesus vem, a pouco e pouco, sendo substituido pelo vulto vermelho do Pai Natal, deturpadamente decalcado de S. Nicolau e criado nos anos vinte pela Coca-Cola mas que nada tem a ver com a tradição natalícia portuguesa.

No meio desta subversão de valores a Igreja Católica mantem-se apática e quase indiferente. Não bastam homilías papais ou episcopais. É indispensável que a prática quotidiana corresponda aos ensinamentos prégados por Cristo. Mas, lamentavelmente, não é isso que se verifica. Apenas como apontamento refira-se que tal foi particularmente evidente e chocante quando minha Filha mais nova, professora na Escola Secundária Josefa de Óbidos, procurou inutilmente entregar os presentes que a generosidade dos seus alunos disponibilizara para os pobres. As recusas de igrejas e de organismos religiosos foram inúmeras e sistemáticas e apenas o cinema S. Jorge acabou por os receber. Mais ninguem esteve para se maçar.

Acompanhei atentamente a reunião de Estocolmo onde foi delineado um tratado de proibição de fabrico e emprego de minas anti-pessoal. E, ainda com mais espectativa, vivi a conferência de Otawa na qual o tratado iria ser assinado.

Mas o desenrolar dos acontecimentos caiu brutalmente sobre mim com a recusa de assinatura do documento por parte da Rússia, da China e dos Estados Unidos.

Perante o que se passa, e para evitar progressivo aviltamento dos princípios cristãos, talvez seja preferível reconhecer que, historicamente, o dia de Natal nada tem a ver com o nascimento de Jesus Cristo.

A grande festa dos judeus sempre foi a Páscoa e os primeiros cristãos adoptaram-na como sua. Só em 325 o Concílio de Niceia fixou arbitrariamente o dia 25 de Dezembro como o do nascimento de Cristo procurando, assim, fazer frente às comemorações pagãs do solstício de Inverno que se realizavam em Roma a 25 de Dezembro e contrapor o simbolismo de Jesus como sol da paz e da justiça ao sol vitorioso que era o símbolo da última resistência do paganismo.

Mas já antes disso, por volta dos anos 120-140, os cristãos gnósticos do Oriente tinham cristianizado as festas que o Egipto e a Arábia dedicavam, em 6 de Janeiro, ao sol vitorioso.

Outro exemplo. Independentemente dos juízos que se possam fazer sobre os aspectos morais ou imorais da sua vida, há que reconhecer que foi a falecida Princesa Diana que conseguiu focalizar a atenção do mundo para o problema das minas (particularmente as anti-pessoal) e abrir, assim, caminho à proibição do seu emprego.

Conheço por experiência própria, a angústia e a tensão arrasante que se vivem ao proceder ao levantamento de minas. Não desejo a ninguém as inúmeras e amargas horas que passei empenhado nesse trabalho. Por isso acompanhei atentamente a reunião de Estocolmo onde foi delineado um tratado de proibição de fabrico e emprego de minas anti-pessoal.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

E, ainda com mais espectativa, vivi a conferência de Otawa na qual o tratado iria ser assinado.

Mas o desenrolar dos acontecimentos caiu brutalmente sobre mim com a recusa de assinatura do documento por parte da Rússia, da China e dos Estados Unidos, facto a que os média, surpreendentemente, deram reduzida importância.

Se, numa perspectiva exclusivamente militar, se podem talvez aceitar as posições russa e chinesa face a grande extensão de fronteiras comuns já o mesmo não ocorre com a decisão americana pois, em termos estratégicos, as suas fronteiras não estão sujeitas a qualquer ameaça.

A posição assumida é exclusivamente económica e traduz uma escandalosa cedência às pressões da indústria militar americana, a maior produtora mundial de minas anti-pessoal. Assim, o lucro foi considerado mais importante do que a vida humana. Esta é a realidade real.

Mais um exemplo. Depois do fracasso da conferência do Rio de Janeiro sobre o ambiente, aguardou-se com alguma esperança a conferência de Kiotto, supondo-se que seria possível estabelecer limites à poluição. Porém, uma vez mais, os resultados foram desalentadores.

Apenas se conseguiu uma pequena redução nas quotas de poluição dos países desenvolvidos, atribuiram-se quotas relativamente amplas aos países em vias de desenvolvimento (o que abre caminho a instalação de indústrias de países desenvolvidos), não se incentivou a pesquisa de energias alternativas e não poluentes e, para cúmulo, os Estados Unidos e o Japão recusaram assinar o tratado.

Aguardou-se com alguma esperança a conferência de Kiotto, supondo-se que seria possível estabelecer limites à poluição. Porém, uma vez mais, os resultados foram desalentadores.

O resultado de tudo isto foi que a situação geral praticamente não se alterou, a poluição vai manter-se ou agravar-se, a Amazónia pode continuar a ser destruída e os dois maiores poluidores mantêm total liberdade de acção.

Assim, a realidade real é que a humanidade continua a caminhar cegamente para a sua autodestruição e os interesses de alguns sobrepõem-se, uma vez mais, aos interesses da comunidade.

No nosso país também a realidade real é reveladora de situações estranhas, incompreensíveis, lamentáveis e que levam à descrença num futuro minimamente credível.

O resultado das recentes eleições autárquicas foi considerado, pela generalidade dos analistas, como traduzindo uma bipolarização. Permitam-me que discorde.

Houve, sim, uma globalização pois o PS e o PSD vêm correspondendo, cada vez mais, às duas faces de uma mesma moeda. As aparentes divergências servem, apenas, para dissimular a verdade pois os conceitos e os objectivos são coincidentes.

E, tragicamente, essa coincidência corresponde ao desaparecimento partidário da esquerda democrática. Ela morreu e deixou orfãos os que ainda acreditam na solidariedade e na justiça social.

Esta é a realidade real e perante ela cada um terá de procurar a posição a adoptar perante si mesmo. Para mim acabou-se o voto partidário. E de agora em diante serei apenas espectador pouco interessado.

Um último exemplo recai sobre a nomeação do Prof. Veiga Simão para Ministro da Defesa Nacional.

Como é possível que as Forças Armadas aceitem como seu chefe máximo alguém que, há menos de vinte e cinco anos, apearam do poder por ser membro de um governo ditatorial? Tudo se passou pacificamente, sem a menor contestação inclusivamente por parte de Capitães de Abril ainda em serviço activo. Como é que isto pode acontecer?

A realidade real é que, tal como Salazar fizera anteriormente, o poder político saído da Revolução dos Cravos castrou totalmente as Forças Armadas , tornando-as uma massa amorfa, descaracterizada e subserviente.

Imagino o Prof. Veiga Simão (cuja inteligência brilhante não ponho em causa) a rir-se intimamente do comportamento atento, venerador e obrigado da mesma Instituição que o havia demitido há alguns anos. É, sem dúvida, uma magnífica vingança e penso que a sua nomeação não surgiu por acaso mas com o objectivo deliberado de humilhar as Forças Armadas. E estas consentiram-no!

Estamos, assim, perante uma nova "brigada do reumático". Porém desta vez ela não é constituida só por generais mas por todos os militares, quaisquer que sejam a sua graduação e as suas funções.

Foi um espectáculo lamentável, aviltante, profundamente revelador de conceitos e comportamentos que supunha terem sido banidos da vida portuguesa. Como há-de a sociedade civil respeitar os militares?

Foi para isto que a Liberdade e a Democracia foram restaurados? Mal empregado 25 de Abril...

Nuno Fisher Lopes Pires

NO TERMO DA PRIMEIRA VIAGEM À ÍNDIA VASCO DA GAMA CHEGOU A CALECUTE EM 20 DE MAIO DE 1498

Comemora-se o quinto centenário desta histórica viagem que ligou por via marítima, pela primeira vez, a Europa à Índia.

Vasco da Gama e os restantes tripulantes portugueses nesta memorável viagem, longa e tormentosa como assinalam os cronistas, com a sua chegada à Índia, vão continuar a viver situações difíceis ao longo dos meses de Maio a Agosto, o tempo da sua permanência em Calecute.

A CHEGADA A CALECUTE

Num domingo vinte de Maio de 1498 viu o piloto umas serras muito altas e que estão sobre a cidade de Calecute, e como narra Fernão Lopes de Castanheda, logo pediu alvíssaras ao Capitão-mor «dizendo que aquela era a terra que desejava de chegar, lhas deu e mandou dizer Salvé, onde todos deram muitos louvores a Nosso Senhor e foram feitas grandes alegrias nos navios» (F.L.Castanheda, *História do Descobrimento* e Conquista da Índia, Livro I, p. 35).

Logo que ancorou Vasco da Gama mandou a terra o piloto mouro Malemo Caná que recebera em Melinde acompanhado de João Martins para notificarem el-rei, o Samorim de Calecute, da sua chegada e o recado que lhe trazia, pedindo para lhe dizer quando «havia por bem que fosse a ele pois sem sua licença não sairia dos navios». Regressaram no dia seguinte e trouxeram um piloto do Samorim que os conduziu a Capocate, local mais resguardado e perto de Calecute. (João de Barros, Décadas, vol.I, p.55)

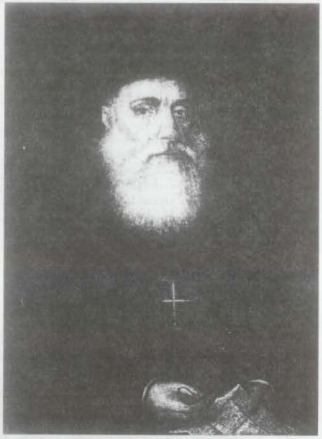
Castanheda descreve Calecute como cidade imponente «de tamanho trato e tão povoada» do rei mais rico e poderoso do Malabar. E acrescenta: «Este rei de Calecute é bramâne, como também o são os outros que entre os Malabares são sacerdotes e por isso hão-de todos acabar a sua vida num pagode que é casa de oração dos seus ídolos». (F.L. Castanheda, Obra citada, p. 38)

O SAMORIM

Samorim é o título dos rajás hindus de Calecute. Segundo se lê no *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* dirigido por Luís de Albuquerque, a palavra deriva da malaiala *Samutiri*, que é por sua vez corruptela do sânscrito *Samudrin* (de Samudra, "oceano"), podendo assim traduzir-se, de forma aproximada, por «rei do mar».

Outros autores diferem desta interpretação, entre os quais M.L. Dames que advoga que a forma "samorim" seria composta de duas palavras sanscríticas e significaria «senhor do mar e das montanhas», ou então, «senhor da terra entre o mar e as montanhas». Por outro lado é de admitir que este título dos rajás de Calecute está associado à fortuna do próprio reino e ao papel que o seu porto desempenhou no quadro do comércio local e do trato oceânico desde os séculos XIII-XIV. Para além de prestar culto a Kapalotta, deusa da navegação, o samorim desloca-se com frequência à residência que possui no porto, onde recebe os mercadores hindus, muçulmanos, cristãos e judeus.

No seu serviço, entre outro, destaca-se o Catual, que era como um alcaide-mor e intendente dos negócios com os estrangeiros, portanto tinha muita influência, os Naires pertenciam a uma casta nobre com funções militares que transmitiam hereditariamente.



História de Portugal, dir. José Hermano saraiva, vol. 4, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p.p. 39 e 41.

Nesta época Calecute tomara-se o porto mais importante do Malabar, devido à decadência de Coulão, que fora durante séculos o primeiro centro mercantil da costa, e devido ao apagamento progressivo dos cristãos de S.Tomé, que até então tinham monopolizado as relações comerciais do Querala. Calecute beneficiou ainda com a perda de influência dos portos de Cananor e Cranganor afectados por fenómenos naturais, mas veio a lucrar principalmente com o comércio com as comunidades muçulmanas (Pardexis e Mappila, respectivamente os «mouros de Meca» e os «mouros de terra» dos textos portugueses).

Para garantia da sua legitimação política, os samorins proclamavam-se descendentes dos imperadores cheras, mas, como escreve Jorge Manuel Flores no referido Dicionário, não eram mais do que bramanes estrangeiros que se fixaram no Querala sob a protecção de Snkara e dos seus seguidores, os mesmos que contribuiram para o apagamento do budismo naquela região. Segundo a lenda que os portugueses ouviram e fizeram circular na sua versão muçulmana (existe uma versão cristã e outra hindu), Cheraman Perumal – o último imperador dos Cheras – ter-se-ia convertido ao Islão e partido para Meca mas antes dividiu os seus estados em dezoito pequenos reinos e deixou o de Calecute ao seu mais jovem herdeiro, com a missão de aí acolher e proteger os mercadores muçulmanos. Uma lenda que muito interessava aos muçulmanos do Querala como ao samorim de Calecute. (*Dicionário de História dos Descobrimentos*, vol 2, p. 966)

O ENCONTRO COM O SAMORIM

Enquanto esperava a chamada do Samorim,Vasco da Gama travou conhecimento com um mouro chamado Monçaide que era natural do reino de Tunes e tivera contacto com os portugueses em Orão e revelava-se muito interessado em ajudar.

Vindo o recado do Samorim passados dois dias, Vasco da Gama acompanhado de doze dos seus homens desembarcou, sendo recebido por um Catual, sentado no seu andor aos ombros de vários homens, acompanhado de

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

outros duzentos. E iniciaram a marcha de cinco léguas até ao palácio acompanhados pelo resto da comitiva a pé sob um sol intenso.

Os paços do rei de Calecute, segundo Castanheda, eram muito formosos com vários páteos, belos jardins de flores e ervas cheirosas, fontes e tanques de água, e às portas estavam dez porteiros, por onde entraram sendo Vasco da Gama recebido pelo bramanemor que o abraçou e o levou diante do rei num aposento amplo com o chão revestido a veludo verde, as paredes aparamentadas de panos de seda de muitas cores e ao redor havia assentos de pau uns acima dos outros como um teatro. O Samorim era baço, grande de corpo, de boa idade, estava lançado num catele coberto de um pano de seda branco e ouro. Tinha na cabeça uma carapuça de veludo coberta de pedrarias e pérolas, e nas orelhas umas arrecadas do mesmo, tinha vestido um baju branco de pano de algodão finíssimo com botões de pérolas muito grossas e casas de fio de ouro, tinha cingido um pano brando do mesmo algodão que lhe chegava ao joelho e os dedos das mãos e dos pés cheios de anéis de ouro com muita fina pedraria e nos braços muitas braceletes ricas e nas pernas manilhas de ouro. Junto com este catele estava uma batega (espécie de prato) de pé alto toda de ouro e nesta, o betele (erva de mastigar) que el rei apreciava.

O Samorim recebeu Vasco da Gama com «graça e majestade» nas palavras de João de Barros e convidou-o a sentar-se nuns degraus do estrado onde tinha o trono e os seus companheiros ainda ofegantes ficaram mais afastados.

Depois de longos momentos de observação das pessoas, trajos e modos dos desconhecidos, o Samorim recebeu as duas cartas enviadas pelo rei de Portugal, uma em português e a outra em árabe, dizendo que as iria ler e depois os havia de ouvir com vagar e disse-lhes para irem repousar. No dia seguinte, Gama queria ser recebido mas o Catual informou-o que era costume os embaixadores aguardarem a chamada do rei.

Então o mouro Monçaide sugeriu o envio de alguns presentes ao Samorim segundo o costume local, em que «quanto era mais estranho tanto maior presente esperavam» o que foi logo feito com o envio de «algumas cousas» com o pedido de desculpas de não serem mais valiosas e com a explicação que estas «eram as que escaparam da humidade do mar por haver muito tempo que andava nele» (J. Barros, Ob. cit. p. 63)

O Samorim recebeu-o e Vasco da Gama, aconselhado por Monçaide a ser comedido no falar e a ter em conta que aqueles príncipes têm «as orelhas mais prontas no seu proveito que na eloquência da embaixada e mais quando é relatada por terceiro». O navegador disse então ao Samorim através do intérprete, que «a causa principal que movera o seu rei a enviá-lo àquelas partes orientais tão remotas, fora a grande fama da real pessoa do Samorim e da grandeza do seu senhorio e estarem em seu poder a maior parte das especiarias que, por mãos dos mouros, se navegam para as partes da cristandade. E porque ele tinha descoberto, por seus capitães, novo caminho para entre eles haver amizade, prestança e comércio, com que o reino dele, Samorim, fosse mais rico por causa do muito ouro, prata, sêdas e outras mercadorias de que o reino de Portugal era tão abastado, quanto era o de Calecute em pimenta (...) e a ordem e modo do comércio e preço das cousas, seria aquele que fôsse em proveito de ambos». O Samorim ficou satisfeito e disse ao Embaixador português que o despacharia em breve.

Os mouros e outros estrangeiros que, em Calecute, faziam o comércio das especiarias receberam muito mal as notícias do bom acolhimento do Samorim e por ele ter acreditado que havia um rei poderoso de terra longínqua que lhe propunha comércio mutuamente vantajoso, e então começaram a intrigar.

Foram junto do Catual a quem subornaram e, baseados em astrólogos consultados, deram-lhe informações várias sobre as "mentiras" de Gama e o perigo que representavam, pois eram corsários foragidos da sua terra e que um rei tão poderoso certamente enviaria presentes de maior valor. Além disso, ameaçavam que o Samorim arriscava-se a perdê-los como vassalos e a não virem mais aos seus portos as naus de Meca, Judá, Adém, Ormuz e de outras partes. O Catual foi informar o Samorim do que os mouros lhe diziam, e ele mandou chamar o Embaixador português a quem informou do que lhe chegara aos ouvidos e disse-lhe «que descobrisse uma verdade que ele lhe pometia de lha perdoar». (João de Barros, Ob. cit., p. 69)

De acordo com a narração deste cronista, Vasco da Gama quando ouviu tais palavras da boca do Samorim, sem o deixar prosseguir, disse que não culpava os naturais de pensarem muitas coisas deles, porque reconhece «ser grande novidade para todos os vassalos do rei de Calecute verem naquelas partes nova gente em religião e costumes, e mais, vindos por caminho nunca navegado, com embaixada de um poderoso rei, que não pretendia mais interesse que sua amizade e comunicação de comércio para dar nova saída às especiarias daquele seu reino, Calecute.» E argumentava: «Porque homens, armas, cavalos, ouro, prata, seda e outras cousas à humana vida necessárias no seu reino as havia, tão abastadamente que não tinha necessidade de as ir buscar aos alheios, e mais tão remotos como eram os da Índia». A seguir questionando o Samorim diz: «...o que el-rei (meu) senhor quis de mil e seiscentas léguas de costa que ele e seus antecessores mandaram descobrir, haveria de não ser nova cousa enviar mais avante por esta mesma costa até chegar a sua real senhoria (o samorim), cuja fama era mui celebrada nas

História de Portugal, dir. José Hermano saraiva, vol. 4, Lisboa, Ed. Alfa, 1982, p.p. 39 e 41.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

partes da cristandade.» E continuando passou a explicar o que fizera nos anteriores contactos, nestes termos, conforme escreve João de Barros nas Décadas: «...nestas léguas que mandou descobrir, achando-se muitos reis e príncipes do género gentio, nenhuma cousa quis deles, somente doutriná-los em a fé de Cristo Jesus redentor do mundo, senhor do céu e da terra que ele (Vasco da Gama) confessava e adorava por seu Deus, por louvor e serviço do qual ele tomava esta empresa de novos descobrimentos da terra. E com este benefício da salvação das almas que el-rei D. Manuel procurava aqueles reis e povos que novamente descobria, também lhe enviava navios carregados e cousas de que eles careciam, assim como cavalos, prata, seda, panos e outras mercadorias. Em retorno das quais os seus capitães traziam outras que havia na terra, que era marfim, ouro e tão estimada nas partes da cristandade, como é a pimenta daquele seu reino de Calecute.»

A seguir J. Barros relata a argumentação de Vasco da Gama: «Com as quais trocas, os reinos que sua amizade aceitavam, de bárbaros eram feitos políticos (civilizados), de fracos poderosos, de pobres ricos, tudo à custa dos trabalhos e indústria dos portugueses. Nas quais obras el-rei seu senhor, não buscava mais que a glória de acabar grandes cousas por serviço de seu Deus e fama dos Portugueses». Mas logo adverte o navegador português: «Porém, com os mouros por serem seus contrários, contrariamente se havia, pois por força de armas nas partes de África que eles habitam, lhes tinha tomado quatro portos de mar do reino de Fez, por isso onde quer que se achavam, não somente infamavam de boca o nome Português, mas ainda maliciosamente lhe procuravam a morte, e não rosto a rosto». (J. Barros, Ob. cit., p. 71)

E continua o relato da conversa do navegador naquele transe difícil em que fala dos enganos e traições sofridos de mouros na costa oriental de África com excepção dos de Melinde de quem receberam boa hospitalidade e ajuda para a viagem. Para esta adesão dos gentios, a explicação de Vasco da Gama era a aparente semelhança de costumes e estilos dos templos com as suas imagens e os Bramanes tinham da divindade uma ideia de trindade que, pensava ele, poderia ter semelhanças com a Santíssima Trindade que era fundamento da fé em Deus dos cristãos e que os mouros contradizem. A sua argumentação tocava nos aspectos da religião que, segundo Barros, era nestes termos: «E de eles saberem esta conformidade entre o povo gentio e cristão, trabalhavam para que os Portugueses ante ele Samorim fossem infamados e aborrecidos» o que espera não tenha êxito para não impedir que se realize o que era há muitos anos continuado por tantos e el-rei tão desejoso de ter descoberto este caminho de Portugal para a Índia que ainda que ele Vasco da Gama «por qualquer desastre não voltasse a Portugal, soubesse que el-rei havia de continuar tanto este descobrimento, até lhe levarem recado dele Samorim. Portanto lhe pedia como imperador de toda aquela região Malabar que quisesse meter a mão de seu poder neste ódio que os mouros lhe tinham e não consentisse serem eles causa de algum incêndio de guerra naquelas partes, porque a gente portuguesa não dissimulava injúrias, principalmente de mouros, dos quais tinha havido grandes vitórias».

Muito atento esteve o Samorim a todas estas palavras de Vasco da Gama olhando muito a «continência com que as dizia, como homem que do fervor e constância que lhe visse, queria conjecturar a verdade delas». Diz Barros que o Samorim no final procurou apaziguar o português sem, no entanto, hostilizar os mouros, pelo que disse ao navegador português que podia regressar aos navios e que ali lhe mandaria o despacho da sua embaixada, o que agradou a Gama pois a continuação na cidade fazia perigar a segurança dele e dos seus. (João de Barros, Ob. cit., p. 73)

Diz o autor das Décadas que os mouros, quando souberam da decisão do Samorim, não ficaram satisfeitos, pois segundo revelara Monçaide, estavam a espreitar a ocasião para afundarem as naus. Dirigiram-se ao Catual para urdirem a retenção dos portugueses na cidade de Calecute. Mas o Samorim aceitou que estes se instalassem em terra para compra de mantimentos tendo ficado Diogo Dias como feitor, Álvaro Braga como escrivão, Fernão Martins como intérprete e mais quatro homens.

Porém, os tempos que se seguiram foram muito difíceis, pois o Catual em conúbio com os mouros usou de vários estratagemas para reter na cidade Vasco da Gama e os seus acompanhantes, tranferindo-os de lugar com frequência sob diversos pretextos e mantendo-os afastados das naus. Assim se passaram semanas.

Foi necessário muito cuidado para evitarem erros ou precipitações e, tirando partido da ambição do Catual que julgava que as naus já tinham carregado especiaria que ele cobiçava, foi possível os das naus chegarem ao contacto com os Naires que retiveram como reféns quando estes se dirigiram às naus nas suas embarcações – as almadias – para carregar especiaria, conforme o relato de Gaspar Correia. (G. Correia, *Lendas da Índia*, p. 109)

O regresso das almadias vazias de mercadoria e sem os Naires, aborreceu o Catual que, depois de ouvir Vasco da Gama dizer-lhe que das naus não mandariam fazenda até que ele pudesse lá ir, foi então aconselhar-se com os mouros e a seguir foram ao Samorim e disseram-lhe, como narra Gaspar Correia que «os nossos eram ladrões e com falsidades andavam». Ao ouvir o que lhe disseram, o Samorim pretendeu recolher a fazenda da feitoria e mandar matar o Capitão-mor português, mas o seu Bramane e o Vedor da Fazendo aconselharam-no a não mandar matar porque «nom tens nenhuma razão (...) até agora os portugueses nom tem feito nenhum mal, antes como boa gente estão muito mansos e pacíficos». (G. Correia, Ob. cit., p. 109)

Informado por Monçaide que as manobras dilatórias eram para que chegassem, como era costume, as muitas naus dos mouros das várias partes e que então o perigo seria maior, Vasco da Gama enviou uma mensagem ao irmão para que partisse, sem ele, de regresso a Lisboa.

A bordo, Paulo da Gama reuniu o seu conselho e a todos informou do recado do irmão, mas que não aceitava partir sem ele embora conhecesse o sentir do irmão «que trocaria cem vidas contanto que o Rei seu senhor fosse sabedor do que tinham feito». Foi decidido libertar os reféns e «com muita honra os mandar a terra». A cada Naire deram «um barrete vermelho, uma bainha de facas, três côvados de cetim vermelho e um portuguez d'ouro».

Os Naires chegados a terra foram informar o Samorim do que viram e ouviram de Paulo da Gama, isto é, como escreveu Gaspar Correia: «os nossos não tinham feito mal e que se mandasse matar o Embaixador que lho dissesse, porque logo ali perante eles se haviam de matar». (Gaspar Correia, Ob. cit., p.111)

O Vedor e o Naire sobrinho do Samorim concordaram. Então o Samorim mandou chamar o Embaixador Português e pediu-lhe «muitos perdões» dizendo que o enganaram com maus conselhos, a que Vasco da Gama respondeu que «fizesse o que cumpria a sua honra».

O Samorim mandou dar-lhe uma quantidade de panos brancos e de seda e uma joia de ouro com rubins e pérolas e pôs à disposição duas almadias que os transportaram às naus, onde a sua chegada foi vivida com enorme alegria.

Antes de partirem, o Samorim enviou a bordo um Bramane expressar uma vez mais o seu pesar e rogava-lhes que retornassem ao porto que lhe mandaria à nau «toda a fazenda até acabar de carregar as naus».

E as naus levantaram ferro e fizeram-se à vela com bom vento. Eram finais de Agosto de 1498.

BIBLIOGRAFIA

Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858.

João de Barros, *Décadas*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa Ed., 1945.

Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1979.

Luís Albuquerque, *Dicionário de História dos Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, C. Leitores, 1994

CASCAIS – 5 DE MARÇO DE 1974

Foi em 5 de Março de 1974. Para trás ficavam alguns meses de conspiração, com todas as nuances que a dita comporta. Fora um período de intensa vivência, onde a consciencialização sobre a natureza e interesse nacionais dos problemas, que alguns pensavam ser pessoais, avançara e se consolidara a uma velocidade inesperada, como que a querer recuperar o muito tempo perdido.

O regime fascista e colonialista, velho de 48 anos, agonizava, vítima das suas próprias contradições. E uma das maiores contradições estaria na origem dos que lhe dariam fim inglório. Que, ao fazê-lo, e ao abrirem as portas da liberdade ao povo português e aos povos colonizados por Portugal, se tornaram exemplo e esperança para muitos outros povos dominados, por esse mundo fora.

Com efeito, foi precisamente das Forças Armadas, que haviam estado na origem da velha ditadura e a serviram como suporte final, que nasceu o grupo de portugueses que deram o passo decisivo no alvorecer de Abril.

Foi um processo rápido, difícil, mas consciente. A melhor prova do sentir patriótico dos "capitães de Abril", quantas vezes menosprezados e vilipendiados por quem teima em não os querer compreender, está no documento aprovado na reunião de Cascais, onde compareceram mais de 200 oficiais em representação de cerca de 600, que cobriam todas as Forças Armadas, nomeadamente o Exército. Documento que, é bom referi-lo e acentuá-lo, não surgiu do nada. Com efeito, a sua aprovação é o resultado de inúmeras discussões sobre diversos projectos, que apontavam para posições e soluções que foram evoluindo com a sua discussão. E o seu conteúdo viria a ser a base do Programa do MFA.

Pela sua importância, porque ajuda a compreender melhor a natureza do Movimento dos Capitães (transformado em Movimento das Forças Armadas, na reunião de Cascais), impõe-se a sua evocação, no sentido de que possa ser relido ou lido pela primeira vez, por quem ainda não teve oportunidade de o fazer.

De salientar que, na reunião de Cascais, além da aprovação deste documento, assinado por 110 oficiais, se reafirmou a confiança e representatividade na Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, eleita em Óbidos em 1 de Dezembro de 1973. Ao fazê-lo e ao reconduzi-la, os militares nela delegaram competência para prosseguir no estudo e na execução das actividades consideradas necessárias, com vista à efectiva consumação das aspirações contidas no documento. (E, passado um mês e meio, tivemos o 25 de Abril de Abril de 1974 ...).

O MOVIMENTO, AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO

Desde há meses a esta parte, como é do conhecimento geral, tem vindo a desenvolver-se no seio das FA um "movimento de oficiais", cujas origens foram há muito ultrapassadas e assume hoje características, intenções e finalidades que se entendeu oportuno clarificar e definir. O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as FA enfrentam – sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as FA da Nação e no momento crítico que o País atravessa – é, em seguida, consolidar a adesão dos que cons-cientemente chegaram à conclusão que uma prática coerente com a nossa análise se torna imperiosa, necessária e urgente.

Todos sabemos e sentimos como no consenso generalizado as FA têm sido consideradas o suporte de força de uma estrutura global complexa, político-económica para cuja orientação – com passagem pela necessária definição do interesse nacional – o comum dos cidadãos não é chamado a uma participação directa. De facto, tem-se a consciência de que tal estrutura não se poderia manter inabalável através dos anos, por maior cuidado que tivesse havido na preparação das organizações policial e judicial, se os seus dirigentes não tivessem a garantia de obediência sem discussão, por parte das FA aos objectivos por eles definidos. Daí o ter- -se generalizado o princípio de que compete exclusivamente ao poder político a

O documento agora apresentado à atenção de todos os militares tem como objectivo essencial levá-los a reflectir criticamente sobre os aspectos fundamentais dos problemas que as FA enfrentam – sendo para tanto indispensável uma reflexão global, isto é, não dissociando as FA da Nação e no momento crítico que o País atravessa.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

definição dos grandes objectivos nacionais e, às FA a missão de os executar sem pôr em causa a sua legitimidade. É o mito da "apoliticidade das FA", que transformou os militares, que deveriam ser os guardiões de uma Constituição legítima em meros executores duma política traçada do alto, a qual tem sido protegida não só com alterações "oportunas" da Constituição, mas também por leis que efectivamente a restringem.

A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as FA descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela plimeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação. As FA são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximas do desastre.

Se, antes de 1961, as FA não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia, e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as FA descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela plimeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação. As FA são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como responsáveis máximas do desastre.

Estava inventado o "bode expiatório" e criadas as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas FA. E, daí em diante, o desprestígio das instituições militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola, que entretanto tinha começado, não põe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os seus aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique), e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável, à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das FA, de atingir os objectivos que lhe são impostos por um poder que não aceita sequer a evidência de não possuir os meios da sua política, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia; incapaz de se auto-reformar sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inexequibilidade de tal via, as FA aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável, não só do impasse africano, como da crise geral que atinge o País, e que não é só crise política, como também económica, social e moral.

O problema maior do Povo Português e que em larga medida condiciona todos os outros, é neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné.

Alarga-se assim o fosso entre as FA e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, que vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos sentida), desprestígio esse que nenhumas medidas conjunturais poderão atenuar.

Não é com argumentos de vencimentos (e este documento demonstra que, apesar de tudo, a consciência dos militares não está à venda), nem com regalias sociais e privilégios de vária ordem, nem sequer com o previsto e anunciado reequipamento das FA para a condução da guerra em moldes tecnicamente eficazes (o que além do mais, é extremamente duvidoso que seja alcançado em tempo útil), não é com medidas apressadas, destinadas a abafar as vozes discordantes e a atenuar o crescente descontentamento dentro das FA, que o poder político conseguirá colmatar a brecha que se abriu funda e dolorosa na consciência da maioria dos militares. Nem serão nunca essas medidas que restituirão o prestígio já demasiado abalado das FA, porque o problema não se localiza ao nível da situação de um grupo socioprofissional; o prestígio das Instituições Militares só será alcançado quando as FA se identificarem à Nação, quando entre as FA e o Povo houver realmente unidade fundamental quanto aos objectivos a alcançar.

O problema maior do Povo Português e que em larga medida condiciona todos os outros, é neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do regime, já incontrolável pelo Poder. Se está generalizada tanto no seio das FA como na sociedade civil, a ideia que não é possível obter-se uma vitória pelas armas.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e que as FA não terão mais que segui-la para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades ao mesmo tempo que o Poder terá criado as condições propícias a um inocente lavar de mãos.

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar (...) que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios

Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as FA, uma vez mais, em "bode expiatório" de uma estratégia impossível: uma solução política que salvaguarde a honra e dignidade nacionais, bem como todos os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível da funda aspiração dos povos africanos a se governarem a si próprios – o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta situação tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do Povo Português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz. Sabem, no entanto, os mesmos militares conscientes, que tal situação jamais será consentida pelo Poder, que a si próprio se arroga o direito de exclusivo em matéria de patriotismo, e se pretende apoiado pela Nação.

Contestamos, pois o exclusivo e o apoio proclamados.

E porque assim pensamos, entende-mos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade, que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

Trata-se, portanto, antes de mais nada e acima de tudo, da *obtenção a curto prazo de uma solução para o problema das Instituições no quadro de uma democracia política.*

Neste contexto consideramos indispensável e urgente que:

- Sejam definidos e clarificados os objectivos nacionais e estes aceites pela Nação;

- Seja a Nação claramente elucidada sobre a parcela desses objectivos cuja prossecução cabe às FA;

- Seja promovida e garantida a permanência da compatibilidade dessa parcela com a capacidade em meios;

- Seja promovida a restruturação das FA, visando a qualificação dos seus chefes baseada no seu valor militar, o aproveitamento dos meios em termos de eficiência e eficácia, o respeito pelos direitos individuais e a justiça;

- Possam as FA sentir que é efectivamente proporcionada a salvaguarda legítima do seu prestígio, incluindo a sua não identificação com outras actividades que não pertencem ao seu múnus específico.

Só nestas condições poderão as FA ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo. Então já não lhes será permitido duvidar, nem da legitimidade do Poder, nem dos objectivos por este definidos e que tudo farão para cumprir.

Só nestas condições poderão as FA alcançar o prestígio que reivindicam, pois só então haverá garantias da necessária unidade entre o Povo e as Instituições Militares, na verdade, o Exército só será o "povo em armas" quando entre o Exército e o Povo não existirem quaisquer barreiras, quando o Exército for realmente a encarnação de uma vontade colectiva de defesa, de uma afirmação insofismável, feita pelo próprio Povo, da segurança e independência nacionais.

Só nestas condições poderão as FA ter um mínimo de garantia de que são instrumento da vontade da Nação e que não se encontram ao serviço de qualquer grupo.

MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

HOMENAGEM AOS MARINHEIROS TARRAFALISTAS

Em Setembro de 1997, um grupo de Marinheiros (oficiais, sargentos e praças) constatando que ainda tinham o prazer de contar com a presença de sete velhos marinheiros, participantes na revolta do 8 de Setembro de 1936, revolta que faz parte da História da Marinha e do País e se inseriu na luta pela libertação do regime derrubado pelo MFA na madrugada de 25 de Abril de 1974, considerou que a estes marinheiros se devia uma homenagem e que, devido às suas idades já tão avançadas, se deveria realizar com brevidade.

No momento presente, ainda existem os seguintes marinheiros/tarrafalistas, hoje quase todos Sargentos Ajudantes:

- Armindo do Amaral Guimarães, de 81 anos
- José Barata, de 81 anos
- José Neves Amado, de 83 anos
- Josué Martins Romão, de 79 anos
- António Diniz Cabaço, de 93 anos
- Joaquim de Sousa Teixeira, de 81 anos

Após alguma reflexão, decidiu-se constituir uma Comissão Promotora da Homenagem, que ficou constituida por:

Cordeiro, Custódio, David, Lages, Lourenço, Paiva, Ricardo e Severino.

Na sua reunião de 8 de Janeiro, decidiu-se que a Homenagem aos Marinheiros da Revolta do 8 de Setembro de 1936, nas pessoas dos Marinheiros ainda vivos, seria constituída pela realização das seguintes acções e iniciativas:

- Solicitar junto da Presidência da República para que sejam condecorados, pelo Sr. Presidente da República, todos os participantes da revolta, nas pessoas dos marinheiros ainda vivos;
- Um colóquio, seguido de beberete, no Fórum Municipal de Almada, inserido nas comemorações do 25 de Abril e a realizar no dia 30 de Abril de 1998 pelas 21.00 horas;
- Uma exposição e um debate no Museu da Resistência, durante o mês de Setembro. Para a sua concretização será solicitado o patrocínio do próprio Museu.
- Escrever e solicitar, a quem saiba e queira fazer, artigos sobre a efeméride de forma que a sua publicação, em boletins, revistas e jornais se insira na homenagem e sejam eles próprios, também homenagem.
- Edição de um livro, (opúsculo ou brochura), sobre a Revolta dos Marinheiros do 8 de Setembro de 1936, escrito por um escritor/jornalista, cuja saída se prevê coincidir com o final da homenagem.
- Um almoço/jantar de encerramento da homenagem em Setembro, se possível, no próprio dia 8, data do aniversário da efeméride.
- Constituição de uma Comissão de Honra, para presidir ao encerramento da homenagem, constituida por figuras e personalidades que ao longo das comemorações participem e dêm o seu contributo à concretização da homenagem.
- Manifestar também, com a oferta de uma lembrança aos Marinheiros ainda vivos, como prova do testemunho e reconhecimento pelo acto de coragem e generosidade que tiveram os jovens muitos deles com menos de 20 anos – Marinheiros de 8 de Setembro de 1936, contra as injustiças sobre eles praticadas por um regime ditatorial.

PAGUE AS QUOTAS

COLABORE COM A A25A

O MAJOR GIL MORREU.
Viva para sempre o Major Gil!

Chamo-o de Major, apesar de me considerar seu amigo, de ter vivido muitas experiências e cumplicidades com ele. Todavia os que me conhecem sabem quanto respeito tenho pelos que pouco mais velhos que eu são e a dificuldade que sinto, por uma questão de formação, de os tratar por "tu". Nunca tratei em vida o Major Gil por tu, mas sempre aqueles abraços aquando dos nossos esporádicos encontros eram de profunda amizade e camaradagem.

Estive com o Major Gil no QG de Évora, em 1975, onde, ambos, trabalhámos na "Agrária" que não era do Major Gil, nem do MFA, mas a do Povo, a do Amor, a da Sensibilidade.

Estive com o Major Gil no QG de Évora, em 1975, onde, ambos, trabalhámos na "Agrária" que não era do Major Gil, nem do MFA, mas a do Povo, a do Amor, a da Sensibilidade.

O Major Gil e os que com ele trabalharam na Dinamização Externa do QG de Évora, foram sempre fiéis à justiça, à moral, à ética consubstanciada nos princípios humanos e universais dos mais elementares direitos da terra e do ser: por um lado pôr as terras a produzir pão e, por outro, ajudar a dar emprego, pão, liberdade, felicidade ao martirizado Povo Alentejano, que para quem trabalhava as terras do latifúndio,ter alguns dias de emprego por ano, era um privilégio quase sobrenatural.

A "Agrária" a que se referia o Major Gil e que foi a do MFA, não foi a do ódio, nem dos actos de "selvajaria" com que a conotaram.

A "agrária" foi na sua intenção e nos seus móbeis essenciais: pôr as terras a produzir, dar emprego, dar liberdade, como já referi.

Para isto, os primeiros encontros, o trabalho a que os elementos do MFA devotadamente se dedicaram, foi o de promover encontros entre latifundiários, médios, pequenos agricultores e trabalhadores. Por tudo quanto era sítio, fizeram-se estes encontros, nomeadamente na Casa do Povo do Ciborro, onde um latifundiário de Montemor-o-Novo, então, muito bem conhecido, o Sr. Vacas de Carvalho, exaltou o papel do MFA na promoção e encorajamento dos agricultores para encontrarem junto das instituições financeiras e do governo financiamentos adequados para porem o Alentejo a produzir.

A "agrária" foi na sua intenção e nos seus móbeis essenciais: pôr as terras a produzir, dar emprego, dar liberdade.

Por força de circunstâncias e incapacidades totalmente alheias ao MFA, os proprietários de terras não conseguiram nenhuns financiamentos e, assim, as chamadas comissões paritárias para a distribuição de trabalhadores pelas herdades entraram em colapso. A partir desta ocasião, a luta pelo emprego e pelo pão atingiu níveis quase incontroláveis de desespero, drama, revolta e, obviamente, que também foram objecto da acção política dos partidos.

Neste contexto, ao MFA – aos militares de Abril – não foi possível mais que:

1. Evitar a todo o custo a violência, as mortes, o que foi evitado, por vezes em situações quase insurreccionais, de grande risco e frequente drama – por isto os latifundiários, nomeadamente um outro bem conhecido de Montemor-o-Novo, o Sr. Vacas Nunes, e muitos, muitos outros, deveriam estar eternamente gratos ao MFA;

2. Evitar qualquer dano aos pequenos agricultores e rendeiros. O que não foi de todo conseguido, porque com a dramatização dos conflitos sociais, o seu aumento em exponencial, a acção do MFA, no contexto do Movimento Social Alentejano, passou a ser muito restrita, quase simbólica, quase de influência, no sentido, sempre, do respeito pelas leis. As provas disto existem por todo o lado, a RTP tem gravados as sessões de Cabeção e outras, mas nunca as quis revelar. Os documentos da Dinamização interna da Escola Prática de Artilharia também o ilustram.

3. Também era propósito, e até muito tarde foi mantido o princípio de não tocar nas terras bem cultivadas dos latifundiários. A isso se deve a defesa durante longo tempo de herdades bem cultivadas como a herdade do Peso. Contrariamente, outras terras tiveram outra sorte, por manifesto abandono do cultivo daquelas (assombroso abandono que vi com os meus próprios olhos).

O MFA também procurou dirimir conflitos entre agrários. O seu trabalho até foi reconhecido por um conhecido agrário de Coruche, o Sr Veiga Teixeira, que ofereceu à equipa uma linda caixa de pêssegos pelo seu empenho na resolução de um diferendo que o opunha a outro agrário.

Esta foi, em linhas gerais, a Agrária do Major Gil e da equipa do MFA do QG/Évora e Vendas Novas. Na muito pequena parte da chamada Reforma Agrária, onde o MFA interveio, foi assim.

Todavia, das centenas de tomadas do processo de produção agrícola pelos assalariados agrícolas, só algumas dezenas foram do conhecimento, e tiveram de algum modo a participação, do MFA, muitas das outras nunca sequer chegaram ao seu conhecimento. É também importante dizer que os homens desta Agrária, contrariamente a muitos outros que foram mudando de posição e comportamentos, conforme os ventos das conveniências, fizeram desocupações, evitaram conflitos entre trabalhadores permanentes e eventuais, que outros incendiaram e nunca foram capazes de apagar. Depois criticaram e vilipendiaram os que fizeram o que eles também fizeram, só com uma grande diferença: é que os da Agrária da Amizade e da Justiça, souberam assumir os seus actos na perspectiva dos princípios enunciados, souberam também no terreno e com risco acrescido, dizer não aos assalariados agrícolas, quando foi preciso dizer não. Enquanto que muitos dos seus detractores só disseram não quando as forças da GNR, numerosas e altamente armadas, entraram pelas terras das cooperativas adentro, com mortes. Entre outros morreram o Caravela e o Casquinha.

Na "Agrária" de que falava o Major Gil e que o MFA serviu, não morreu ninguém, mas se outros tivessem sido os protagonistas e outros os princípios, opostos aos

Os homens desta Agrária, contrariamente a muitos outros que foram mudando de posição e comportamentos, conforme os ventos das conveniências, fizeram desocupações, evitaram conflitos entre trabalhadores permanentes e eventuais, que outros incendiaram e nunca foram capazes de apagar.

(Continua na página seguinte)

"A Mulher e o 25 de Abril"

Colóquio nos dias 21-22-23 de Abril a realizar no auditório da "*APTCA*", na Av. Gago Coutinho, 90 - Lisboa, entre as 18H30 e as 21H30.

PROGRAMA:

DIA 21
- Abertura
- A mulher ao longo dos tempos
  - Abordagem Antropológica
  - Abordagem Histórica
  - Testemunhos

DIA 22
- O tempo da revolução
  - Quadro Sociológico
  - Quadro Jurídico
  - O papel da Mulher na fase revolucionária

DIA 23
- Os últimos 20 Anos
  - Evolução Sociológica
  - Evolução Jurídica
  - Diagnóstico da situação actual
- Encerramento

ORGANIZAÇÃO: - "MATRIA" e "FORUM LIBERO ANIMO"

ORGANIZAÇÃO:

MATRIA

&

FORUM LIBERO ANIMO

SECRETARIADO DO COLÓQUIO

O secretariado do Colóquio é assegurado por

Maria Eduarda C. Marques da Silva
Artur Pita Alves
Jorge Monteiro Silva

Largo dos Loios, 3 3º 1000 Lisboa
Tel. 01 8861820 Fax. 01 8861820

(Continuação da página anterior)

enunciados, e até em consonância com a chamada justiça histórica, as coisas poderiam ter corrido muito pior para os que por interesses legítimos, mas muito egoístas e descontextualizados do ambiente social e histórico, procuraram vilipendiar os que deram muito do seu trabalho e descanso e se multiplicaram em esforços e riscos para que sobretudo não houvesse vítimas, nem físicas, nem morais. É certo que para alguns a perda do direito (se é que o é) de não fazer as terras produzirem pão, fosse uma violencia moral – será?

Na "Agrária" de que falava o Major Gil e que o MFA serviu, não morreu ninguém.

Do Major Gil e da "Agrária" quis dizer este pouco, para que também se saiba que o major Gil foi fiel e leal ao seu espírito de homem justo e cidadão e à equipa com quem trabalhou naqueles anos.

O major Gil foi fiel e leal ao seu espírito de homem justo e cidadão e à equipa com quem trabalhou naqueles anos.

Estas palavras também são um pouco da história, talvez romântica, talvez utópica, mas generosa e humana da "Agrária" do povo alentejano, que os historiadores, como sempre, não contam, mas que faz parte da saga da conquista dos direitos públicos dos alentejanos.

Continuarei a recordar até sempre o Major Gil como o camarada, o amigo, o companheiro. Desde que o conheci e, pese embora divergências formais, sempre o reconheci como o homem simples, bondoso, que gostava da vida e que nas horas difíceis não abandonava os seus camaradas.

Quando deram por findo o meu trabalho no QG/Évora, de um modo tumultuoso e indigno, ao meu lado, ajudando-me nas demarches da tempestuosa partida estavam dois grandes homens, militares e camaradas, o TCor. de Artilharia Abreu e o Major Comando Gil. Nunca os esquecerei até ao meu suspiro final. Bem direi destes camaradas, mais do que pelos grandes feitos, pela generosidade, pela humildade e pela camaradagem.

Viva para sempre entre nós o homem generoso, afável e simples, o nosso camarada e querido amigo Major Comando Gil.

Pela primeira vez e até porque a morte nos reporta ao ponto do nascimento nu, embora no caixão as vestes nos cubram o ser, direi: Viva na memória de todos nós para sempre o GIL!

Andrade da Silva

Post Scriptum

Esta é a verdade de um sentir, de um pensar, de um recordar uma experiência e uma amizade. Todavia não é a única, nunca a definitiva, nem sequer tem qualquer pretensão de ser a mais válida historicamente, mas é sincera, honesta, sentida, sofrida. E a verdade de um homem que torna pública por amizade e cidadania, a sua auto confissão, sem temer as tempestades que outros pontos de vista queiram ou possam desencadear.

Este depoimento é uma das verdades da verdade, tão só e, somente, isso!

A.S.

ASSEMBLEIA GERAL DA A25A

Realizou-se em 10 de Janeiro de 1998 a Assembleia Geral da nossa associação. Com participação razoável, (65 sócios) decorreu normalmente, com o cumprimento de toda a agenda prevista.

Foram ratificados os novos associados (20 sócios e 3 apoiantes); discutido e aprovado com voto de louvor o relatório da Direcção; discutido e analisado o futuro da vida associativa, nomeadamente os actos comemorativos, que se prevêem, para os 24.° e 25.° aniversários do 25 de Abril e para a Expo 98.

Também, como previsto, foram eleitos os novos corpos gerentes, constantes da única lista concorrente.

Na sequência dessa eleição tomaram posse no dia 21 de Janeiro os seguintes sócios:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	- COR	- CARLOS ALBERTO IDÃES SOARES FABIÃO
Vice-Presidente	- CMG	- JOSÉ MANUEL OLIVEIRA MONTEIRO
Primeiro Secretário	- MAJ	- JORGE WALDEMAR LOURINHO DE JESUS RIBEIRO
Segundo Secretário	- SAJ	- JOAQUIM JOSÉ FILIPE VENTURA
Suplentes	- 1SAR	- VÍTOR MANUEL F.RIBAS DE LIRA
	-Bancário	- MANUEL JOSÉ ESTEVES RODRIGUES

DIRECÇÃO

Presidente	- TCOR	- VASCO CORREIA LOURENÇO
Vice-Presidente	- CMG	- JOÃO CAIADO GAGO FALCÃO DE CAMPOS
Secretário	- CAP	- JOSÉ BARATA OLIVENÇA
Tesoureiro	- COR	- SÉRGIO PARREIRA DE CAMPOS
Vogais Efectivos	- COR	- DUARTE NUNO ATAIDE SARAIVA MARQUES PINTO SOARES
	- COR	- JOSÉ NUNO DA CÂMARA SANTA CLARA GOMES
	- SAJ	- RICARDO MARIA RIÇA DA SILVA
	- Médico	- JOÃO GUILHERME SANTOS MARQUES PENHA
	- Deputado	- RAIMUNDO PEDRO NARCISO
Suplentes	- COR	- ANTÓNIO JOAQUIM FLAUSINO RAIMUNDO
	- CAP	- JOSÉ MANUEL DOURADA MENDES

CONSELHO FISCAL

Presidente	- GEN 4E	- AMADEU GARCIA DOS SANTOS
Primeiro Secretário	- CTEN	- FERNANDO ALMEIDA CAVACO
Segundo Secretário	- TCOR	- JOSÉ LUIS VILLALOBOS FILIPE

Mensagem enviada à Associação Nacional de Sargentos

A Associação 25 de Abril saúda a Associação Nacional de Sargentos e todos os participantes nas Comemorações do 31 de Janeiro de 1891, Dia Nacional do Sargento.

Quase 24 anos depois da reconquista da liberdade e da democracia, vive-se em Portugal um momento de grandes transformações, no que às Forças Armadas e aos militares diz respeito. Está hoje na moda bater nos militares e considerá-los inaptos para as mais diversas tarefas, desde que não sejam especificamente as de cariz militar. A sociedade portuguesa vem-se dando ao luxo de desaproveitar a mais valia que a experiência de vida profissional dos militares deveria constituir.

Não é este o local, nem esta a forma mais indicada e própria para dissecar este problema. Consideramos, no entanto, que devemos aproveitar para alertar os diversos intervenientes para a situação que se vem criando.

Por um lado, devemos salientar a natureza específica da Instituição Militar, apelando a que não a coloquem em situações inaceitáveis e que possam provocar atitudes mais drásticas. O facto de pertencer ao poder político, porque legítimo, a capacidade de definir as missões das Forças Armadas e lhes dar orientações para o seu cumprimento, não significa que se possa correr o risco de as confrontar, a elas Forças Armadas em conjunto, ou aos seus elementos individualmente, com situações menos dignas. Aqui fica este alerta, pois existem princípios e valores que não podem ser confrontados!

Por outro lado, dada a natureza da Associação Nacional de Sargentos, o seu passado e acção permanente na defesa dos valores militares e na consequente contribuição para a dignificação dos sargentos e da instituição a que pertencem, aproveita-se para, aqui e agora, manifestar a nossa convicção de que a ANS continuará essa sua acção, contribuindo decisivamente para que as Forças Armadas se mantenham como um dos esteios deste nosso Portugal.

Na vida do nosso velho país – já lá vão quase 900 anos! – momentos houve em que a acção dos militares foi determinante.

Destaquemos, neste dia em que se comemoram 107 anos sobre essa longínqua acção, onde os sargentos se bateram contra a tirania e o despotismo, a nova jornada em que os militares que constituiam o MFA derrubaram o fascismo e devolveram aos portugueses a liberdade e a plena cidadania. E recordemo-lo, para reafirmar o direito de os militares exigirem o estatuto de cidadãos de corpo inteiro e não o de cidadãos de segunda, que às vezes alguns lhes pretendem impor.

Coerentes consigo próprios, estamos certos de que os sargentos saberão continuar Janeiro e Abril, lutando pela dignificação a que têm direito, pela carreira profissional que patrioticamente escolheram, por uma terra onde valha a pena viver!

E nessa luta comum, pela consolidação da vida democrática, cultivando as virtudes militares que nos são peculiares, aqui vos expressamos a nossa profunda e activa solidariedade.

A Associação Nacional de Sargentos e, em particular, a todos os sargentos que comemoram o 31 de Janeiro, as nossas mais cordiais saudações.

31 de Janeiro de 1998

O Presidente da Direcção
Vasco Correia Lourenço

24.° ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

COMEMORAÇÕES ORGANIZADAS PELA A25A

- Jantar Convívio (ver página 2).
- Festa Jovem - 05 de Abril, às 14h30, no Complexo Desportivo "Cidade de Almada", Feijó.
- Corrida da Liberdade - 25 de Abril, em Lisboa.
- Emissão de medalha, cartaz e autocolante.
- Desfile popular em Lisboa (organizado por uma comissão promotora, onde a A25A se integra).
- Animação de Rua (em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa)

COLABORA **PARTICIPA**

EXPO'98

A A25A está a organizar uma **exposição sobre o 25 de Abril**, que estará na **GARE DO ORIENTE**, durante o período da EXPO'98.

Contamos com a vossa **VISITA**.

ASSOCIADOS FALECIDOS

NORBERTO CARAPINHA ZACARIAS
Sócio efectivo n.° 535 (Fundador)

LUIS DE CARVALHO E OLIVEIRA
Sócio efectivo n.º 2206

ANTÓNIO CARLOS S. DOS SANTOS CRUZ
Apoiante n.° 1262

JOSÉ DOS SANTOS TOCATO
Apoiante n.° 1907

A todos os seus familiares, as nossas sinceras e profundas condolências.

OFERTAS FEITAS À A25A

LIVROS:

Raízes da Nação Brasileira - Os Portugueses no Brasil
Oferta do Sócio José Verdasca

Catálogo de medalha Contemporânea
Oferta do Prof. Escultor João Duarte

Salgueiro Maia um Homem da Liberdade
Oferta das Edições Asa

Direito do Homem e o controlo policial
A República e os seus Presidentes
Oferta da Biblioteca Museu República e Resistência

Boletim do Arquivo Histórico Militar
Oferta do Arquivo Histórico Militar

Constituição da República Portuguesa
Oferta do Presidente da Assembleia da República

Dossier sobre a "Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936", elaborada pelo tarrafalista José Barata
Oferta da Com. Prom. da Homenagem aos "Marinheiros Tarrafalistas"

História da Desistência - Porque não fui Presidente da República
Oferta do autor, sócio Aristides Teixeira

MEDALHA

Comemorativa dos 20 anos da Constituição da Assembleria da República
Oferta do Presidente da Assembleia da República

PRATO

Comemorativo do I.° Centenário da Manutenção Militar
Oferta da Manutenção Militar

NORTE

31 DE JANEIRO

Como é habitual teve lugar na cidade do Porto, no cemitério do Prado de Repouso, a evocação da data histórica do 31 de Janeiro de 1891.

Na ocasião usaram da palavra, além do Sr. Governador Civil do Porto, o Presidente do Clube de Sargentos do Exército, um membro da Direcção da Delegação do Norte da A25A (Maj. Moutinho), um representante da Associação 31 de Janeiro e o Grão-Mestre de Maçonaria Portuguesa (GOL).

O Governador Civil do Porto situou o "31 de Janeiro" como precursor do 5 de Outubro e salientou a relevância da sua comemoração nos dias de hoje apesar de, como disse, "não homenagearem os merecedores mas sim os vencidos". "Os que tombaram e os que foram feitos prisioneiros e exilados, são aqueles que o Porto considera como seus heróis".

O presidente da Associação Nacional de Sargentos exaltou as figuras dos camaradas que mais se destinguiram no "31 de Janeiro" de 1891 a que associou a memória do democrata dos nossos dias, Cal Brandão, recentemente desaparecido, e que foi sempre uma presença nestas comemorações, mesmo nos tempos difíceis da ditadura.

Em nome da Delegação do Norte da A25A o Maj. João Moutinho fez uma breve referência histórica ao "31 de Janeiro" daí passando aos problemas que hoje se colocam quando comemoramos os 50 anos da consagração dos Direitos do Homem.

Assembleia Regional Ordinária

Teve lugar no passado dia 24 de Janeiro, nas instalações da Delegação Norte da A25A, a Assembleia Regional Ordinária com duas convocatórias:

Como aspectos mais salientes da primeira sessão, há a referir a aprovação de um voto de louvor à C.M.P. e ao seu vereador Eng.° Oliveira Dias pela cedência das instalações que representam a nova Sede da Delegação, bem como outro voto de louvor à Direcção cessante pela concretização da obtenção dessa Sede.

A sessão seguinte teve como único ponto de agenda a eleição dos Corpos Gerentes da Delegação para o biénio 1998/99, que ficaram assim constituídos:

MESA DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente	**- Cor.**	**- Rolando de C. Tomaz Ferreira**
Vice - Presidente	**- Arq.**	**- António Maria L.V. Corte Real**
Secretário	**- SMor**	**- António M. Ribeiro Pinto**

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente	**- TCor**	**- Antero A. Ribeiro da Silva**
Vice - Presidente	**- CFrag**	**- Abel J. de Almeida Tavares**
Secretário	**- TCor**	**- Amadeu Artur Felgueiras**
Tesoureiro	**- 1 Sar**	**- José Joaquim R. Castro**
Vogais	**- Dr.**	**- João Batista V.M. Magalhães**
	- Dr.	**- José Barros da Costa**
	- Eng.	**- Renato M.C. de Moura Soeiro**
	- Jornalista	**- Manuel Vitorino Abreu Silva**
	- Maj.	**- João Moutinho da Silva**

INAUGURAÇÃO OFICIAL DA SEDE DA DELEGAÇÃO

Em 21 de Fevereiro passado, finalmente, foi oficialmente inaugurada a nova Sede Social da Delegação do Norte da A25A.

Ao acto, em que estiveram presentes representantes do Presidente da C.M.P. (Vereador Eng. Oliveira Dias), do Presidente da C.M. Matosinhos (Vereador Dr. Guilherme Pinto), o Presidente da Junta de Freguesia de S. Nicolau (Jerónimo Ponciano) e representante do General Comandante da R.M.N. (Coronel Castro Carneiro), assistiram algumas dezenas de sócios e amigos da Associação.

Na ocasião usaram da palavra o Presidente da Direcção da A25A, T.Cor. Vasco Lourenço e o Vereador do Porto Eng. Oliveira Dias, que enalteceram o alto significado do acto que ali se comemorava.

Depois seguiu-se a tomada de posse dos novos Corpos Gerentes tendo no final usado da palavra o Presidente da Delegação eleito, T.Cor. Antero Anibal Ribeiro da Silva, cuja intervenção se transcreve:

"É um dia de festa que atravessa hoje a nossa Associação, não só pelo primeiro acto aqui hoje comemorado, a inauguração desta Sede, já amplamente salientado pelo Presidente da Direcção Nacional da Associaçao 25 de Abril, o meu companheiro Vasco Lourenço, mas também pela eleição de novos Corpos Gerentes da sua Delegação do Norte, o que é sempre uma prova da nossa vitalidade.

Com a obtenção da Sede há alguns sonhos que se podem tornar realidade e há algumas ideias que se podem concretizar.

De igual forma é um motivo de regozijo para mim, Presidente da Direcção pelo quarto mandato sucessivo, o que muito me honra, mas confesso talvez não fosse a situação mais saudável. A renovação é sempre uma necessidade, mas infelizmente tal não é sempre possível. Gostaria que este fosse o último mandato à frente dos destinos da Delegação e que se começassem a perfilar no horizonte outras alternativas.

No entanto, com a obtenção da Sede há alguns sonhos que se podem tornar realidade e há algumas ideias que se podem concretizar.

Para tal, não chega a minha vontade e torna-se necessária a colaboração de todos, Corpos Gerentes ou não.

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

Muito embora reconhecendo que além de um acto de justiça foi também um gesto de boa vontade da parte da Câmara Municipal do Porto a atribuição desta Sede, não posso deixar de referir que o espaço é um pouco exíguo para desenvolver actividades de algum fôlego às quais desejávamos meter ombros.

foi também um gesto de boa vontade da parte da Câmara Municipal do Porto a atribuição desta Sede

Dar vida à Sede será um dos nossos anseios, para que as pessoas se habituem a frequentá-la. Há no entanto que entender que o local embora seja belo, não é de acesso fácil. Assim procuraremos proporcionar atractivos para minimizar este facto.

Criar uma Biblioteca temática sobre o 25 de Abril é outra das metas que pretendemos alcançar.

A informatização da Delegação e um terminal a que os interessados possam ter acesso, ligado ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra é outra das tarefas que gostaríamos de levar a cabo.

Para tudo isto terão que ser disponibilizados recursos (humanos, materiais e financeiros) que não possuímos, já que não só não somos muitos e com pouca disponibilidade de tempo, como também a imaginação só por si não chega para resolver todos os problemas materiais e financeiros.

Com a intenção de testar se resultam algumas iniciativas de índole cultural nestas instalações, vamos já levar a cabo nos próximos sábados (4, 11 e 18 de Abril) pelas 10 horas da manhã, debates sectoriais sobe o tema geral dos "Direitos do Homem", integrados nas nossas comemorações do 25 de Abril deste ano.

Há no entanto que começar desde já a pensar em comemorações mais ambiciosas para o proximo ano, "Bodas de prata do 25 de Abril".

Aproveitando a presença do representante do Sr. Presidente da Câmara neste local, Sr. Eng.° Oliveira Dias, aqui deixo dois apelos respeitantes a essas Comemorações (25.° Aniversário):

- Colocação de um monumento num local digno da cidade do Porto, evocando a efeméride;

- Necessidade de desde já, e não é cedo, começar a planear essas Comemorações com a dignidade que as mesmas merecem, estando a nossa Associação através desta Delegação, permanentemente disponível para as apoiar da forma que for julgada mais conveniente.

Aos convidados e associados que quiseram abrilhantar estes actos com a sua presença, o nosso muito obrigado.

CICLO DE DEBATES

"OS 50 ANOS DOS DIREITOS DO HOMEM" - A CONFLITUALIDADE DOS DIREITOS

Subordinado ao Tema Geral em título terão lugar nas instalações da Sede da Delegação do Norte, os seguintes debates:

Dia 04/04/98 - Pelas 15H
"A EUTANÁSIA, O ABORTO E O DIREITO À VIDA"

Dia 18/04/98 - Pelas 10H
"OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E OS DIREITOS DO CIDADÃO"

Dia 09/05/98 - Pelas 15H
"O NÚMERO CLAUSUS E O DIREITO À EDUCAÇÃO"

JANTAR CONVÍVIO

TERÁ LUGAR COMO HABITUALMENTE NO ***HOTEL TUELA (PORTO)*** COM INÍCIO PELAS ***20H00 DO PRÓXIMO DIA 18 DE ABRIL*** O NOSSO ***JANTAR CONVÍVIO DO 25 DE ABRIL***, PARA O QUAL SE CONVIDAM SÓCIOS, FAMILIARES, AMIGOS E SIMPATIZANTES.

AS INSCRIÇÕES DEVERÃO SER EFECTUADAS ***ATÉ AO DIA 13 DE ABRIL DE 1998***, ATRAVÉS DOS ***TELEFONES DA REDE DO PORTO 81 67 31 / 56 OU POR ESCRITO PARA O APARTADO 4678 - 4012 PORTO CODEX.***

CONVITES FEITOS À A25A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
Tomada de posse
14-12-97

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Com. 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento
31-01-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Exposição de fotografia "Lisboa e as Liberdades" de Fernando Carvalho
10-12-97

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA/EDITORIAL NOTÍCIAS
Lançamento do livro " A Morte em Lisboa, atitudes e representação - 1700-1830" de Ana Cristina Araújo
05-02-98

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES
Tomada de posse dos Titulares da Câmara Municipal e Assembleia Municipal para o mandato de 1998/2001
03-03-98

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM
Colóquio/Debate " Direito à Memória de Humberto Delgado, 40 anos depois"
14-02-98

CENTRO DE ESTUDOS DO MAR E DAS NAVEGAÇÕES LUIS DE ALBUQUERQUE/CASA HAVANEZA DA FIGUEIRA DA FOZ
Lançamento do livro " A Figueira da Foz e a Pesca do Bacalhau"
20-12-98

CIDAC
Lançamento do livro "Cooperação Descentralizada: O Caso dos Municípios Portugueses", da autoria de Maria Manuela Afonso
11-03-98

CLUBE MILITAR NAVAL
Tomada de posse dos Corpos Gerentes
03-03-98

CLUBE DE SARGENTOS DA ARMADA
23.º Aniversário da sua Fundação
22-02-98

COMISSÁRIO GERAL DA EXPOSIÇÃO MUNDIAL DE LISBOA DE 1998
Estreia da peça " Um sonho" de A. Strindberg, pela Cornucópia
03-03-98

COMISSÃO ORGANIZADORA DO 3.º CONGRESSO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES
Sessão solene de abertura
26-02-98
Espectáculo musical
28-02-98

DIRECTOR DO MUSEU MILITAR
Inauguração da Exposição Colectiva "O Militar e a Arte"
12-03-98

EDIÇÕES AFRONTAMENTO
Lançamento do livro "Turbulência em Economia" de Francisco Louçã
03-03-98

EDITORIAL DE NOTÍCIAS
Apresentação do livro ' Receitas afrodisíacas e desenhos eróticos" de Afonso Praça e Francisco Simões
18-12-97
Sessão lançamento do livro "A Europa em Movimento - Apostas e Desafios" de Maria Eduarda Azevedo
29-01-98
Sessão lançamento do livro de Marithesa Frain, "PPD/PSD e a Consolidação do Regime Democrático"
17-03-98

EDITORIAL PRESENÇA
Lançamento da obra "Poesia" de Guerra Junqueiro
17-02-98

EMBAIXADA DO PANAMÁ
Celebração da Feira Turística Internacional B.I.L. 98, Lisboa
23-02 98

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE TRAMPOLINS E DESPORTOS ACROBÁTICOS -FPTDA
Sessão solene e almoço de aniversário
13-12-97

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES / EDITORIAL NOTÍCIAS
Sessão do lançamento do livro de António de Almeida Santos "Por favor preocupem-se"
04-03-98

GALERIA ARTE CAPITEL
Exposição de pintura de Hipólito Andrade
21-02-98
Inauguração da exposição VII Bienal de "Oportunidades a Jovens Principiantes"
24-02-98
Inauguração da Exposição de pintura de Cristina Gouveia
14-03-98

GALERIA QUADRADO AZUL
Inauguração da exposição de pintura de "Corneille"
17-01-98
Inauguração da exposição "A Fotografia e a Política" de Carlos Vidal
28-02-98

SETE EM SETE - Semanário Regional do Concelho da Amadora, Cascais, Oeiras e Sintra
Festa de lançamento
04-02-98

SINDICATO DOS JORNALISTAS
1.º Encontro de Jornalistas de Língua Ibérica
02/03-03-98

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS ESTABELECIMENTOS FABRIS DAS FORÇAS ARMADAS
Encontro/Debate
30-01-98

TEATRO DE ALMADA
Estreia da peça "Amor de D. Perlimpline com Belisa em seu jardim" de Francisco Garcia Lorca
26/27/28-02-98

TEATRO DA CORNUCÓPIA
Espectáculo "E no Intervalo faz-se qualquer coisa"
20/29-03-98

TEATRO DA MALAPOSTA
Estreia da 38.ª Produção CDIAG / MALAPOSTA "O Campiello"
11-12-97

TEATRO DE PORTALEGRE
Estreia do espectáculo "Os trabalhos e os dias" de Michel Vinaver
27-02-98

VAMOS APRENDER BRIDGE! (39)

Após termos analisado a importância das REABERTURAS e apresentado soluções para as várias situações em que nos podemos ver envolvidos quando utilizamos esta técnica de leilão, é lógico que nos debrucemos sobre as questões que se colocam nas RESPOSTAS ÀS REABERTURAS.

RESPOSTAS ÀS REABERTURAS

W	N	E	S
		1 ♥	Passo
Passo	Dobro	Passo	(?)

É óbvio que o jogador em S deverá ter como principal objectivo colaborar na detecção do melhor contrato para a sua linha.

E para que esta verdade "lapalisseana" se possa concretizar é indispensável que o parceiro do jogador que realiza o leilão esteja bem consciente de que a reabertura pode ter sido feita com uma mão muito fraca (7PHmin.).

Logo importará que o leilão a praticar tenha esse facto presente, o que levará à produção de anúncios muito específicos e cautelosos, por forma a chegar ao melhor contrato sem ultrapassar o nível de segurança que a força, existente na linha, aconselha.

1 - RESPOSTAS ÀS REABERTURAS POR DOBRE

W	N	E	S
		1 ♥	Passo
Passo	Dobro	Passo	(?)

O jogador em S sabe que o dobre do seu parceiro promete:

- Uma mão curta em ♥, sem 5 cartas de ♠ e com 7/12 PH;

ou

- Uma mão de 13 ou mais PH com distribuições menos específicas.

Os princípios que devem condicionar as respostas de S poderão ser sintetizados na seguinte panóplia de vozes:

- Se ter 4, ou mais, cartas em ♠ e até 12 PH diga 1 ♠;
- Se tiver 9/12 PH, sem 4 cartas em ♠ e com uma mão que não seja muito desbalançada diga 1 ST, mesmo sem defesa no naipe de abertura (♥);
- Se tiver 13/14 PH com uma boa defesa no naipe de abertura diga: - 2 ST;
- Se tiver uma abertura (13 ou mais PH) anuncie o seu naipe em salto ou passe, no caso do seu naipe comprido (5 ou 6 cartas consistentes) ser o da abertura (♥), aplicando neste caso, o conhecido "golpe da sanduíche".

Ficara "entupido" com a abertura, não pudera falar, mas após a reabertura do parceiro poude vigar-se. Este é um caso paradigmático de que a vingança é um prato que se serve frio!

Ao anunciar em salto, com uma mão do valor de uma abertura, não esqueça que a sua voz não é forcing (o parceiro pode passar com uma reabertura mínima) mas, unicamente, "encorajante".

A única voz indubitavelmente forcing ao seu dispôr é o "cue-bid", que indica querer jogar partida, no mínimo, mesmo que com uma força mínima na reabertura.

2 - RESPOSTAS ÀS REABERTURAS EM NAIPE

Ao ter que decidir sobre qual a voz a proferir no leilão:

W	N	E	S
1 ♦	Passo	Passo	1 ♥
Passo	(?)		

lembre-se que S prometeu:

- 7/12 PH
- 5, ou mais, cartas de ♥

e que o seu jogo se pode enquadrar num destes dois tipos:

- jogos com apoio no naipe de reabertura
- jogos sem apoio no naipe do parceiro.

As respostas estarão condicionadas, óbvia e logicamente, ao jogo do parceiro e às características da mão que possuir.

2.1 - RESPOSTAS COM MÃOS DE APOIO NO NAIPE DE REABERTURA

Com"fit" no naipe da reabertura:

- Apoie ao nível mínimo com mãos de força até 11PS (Voz de semi-barragem): - 2 ♥
- Apoie em salto com 4 trunfos e 12/13PS (Voz encorajante): - 3 ♥
- Faça um "cue-bid" com mãos de força igual ou superior a 14PS (Voz forcing para uma volta do leilão): 2 ♦

2.2 - RESPOSTA COM MÃOS SEM APOIO NO NAIPE DA REABERTURA

Se não tiver apoio no naipe da reabertura (pelo menos 3 cartas) a partida não será possível senão a partir de mãos com 13/14PH, pelo que com esse nível de força poderá fazer um convite ao seu parceiro anunciando 2ST.

Se a sua mão fôr mais forte poderá utilizar o "cue-bid" que é forcing para uma volta e "obrigará" o parceiro a "precisar" o valor da reabertura.

Tenha presente que a mudança de naipe (no caso em apreço o anúncio, por exemplo, de 2 ♣) não é "forcing" e que o parceiro poderá, com uma reabertura mínima, passar.

3 - RESPOSTAS ÀS REABERTURAS EM ST

Tenhamos consciência, quando tivermos que responder a uma reabertura em 1ST, que o nosso parceiro terá 9/12PH.

Se quisermos jogar a partida em ST ou fazer um convite para tal, teremos que possuir 16PH no primeiro caso e 14/15PH no segundo.

Segundo um critério clássico de leilão o "cue-bid" é a forma de indicar a aplicação do STAYMAN na detecção do naipe ou naipes ricos (♥ / ♠):

N	E	S	W
1 ♥	Passo	Passo	1 ST
Passo	2 ♥ *	Passo	2 ♠
Passo	4 ♠		

* STAYMAN procurando detectar a eventual presença de 4 cartas de ♠ na mão de W

O anúncio de um novo naipe (♣ ,♦,♥ ou ♠), pelo respondente, ao nível 2 é uma voz de miséria dada com uma mão fraca mas detentora de um naipe de, pelo menos, 5 cartas.

Definido que foi um critério para as respostas às reaberturas, concluo que se o passarem a utilizar nos vossos leilões, verão como o mesmo vos trará algum conforto e muita segurança nas situações em que o aplicarem.

Até ao próximo número
Luís Galvão

(Continuação da pág. 1)

manter-se no poder **"é estranha a qualquer preocupação ética vulgar"**, *porque há* **"independência completa da política em relação à moral"**, *uma vez que* **"os fins justificam os meios"**.

– que, para um governante **"a hipocrisia se torna um dever"**, *devendo o governante agir* **"sem grandes considerações à palavra empenhada ou a acordos estabelecidos"**, *pois* **"nunca lhe faltarão pretextos legítimos para justificar a sua falta de palavra"**.

Quem haverá que, tendo já pisado os corredores do poder, ou acompanhando com atenção os passos de quem os pisa, ousará desdenhar o pragmatismo maquiavélico?

Mas este distanciamento do poder em relação aos princípios éticos, não é apenas uma questão de pragmatismo, com o qual até poderíamos ser benevolentes se, como preconizava MACHIAVEL, face ao pântano intriguista da sociedade do seu tempo **"o príncipe se identificasse com o povo e tivesse sempre em mira o bem público"**.

O problema é que, geralmente, a violência, a hipocrisia, a mentira, estes atributos que são encarados como pecados nos súbditos, mas como virtudes no "príncipe" não se orientam para a satisfação do bem público, mas para o benefício da classe, do grupo, e até da pessoa que detém o poder. E é aqui que faz escola a célebre frase de ALAIN, já nosso contemporâneo, que, criticando as instituições políticas modernas, dizia que **"o poder corrompe todos aqueles que dele participam"**. *Conceito que, ainda mais recentemente, foi enriquecido por LAURENCE WYLIE, quando constata que* **"pode talvez ser-se virtuoso e ocupar-se da política, mas é impossível continuar a sê-lo quando se chega ao poder"**.

Mesmo que admitamos que ALAIN e WYLIE apenas se referiam à corrupção política e não incluíssem, no âmbito da sua crítica contundente, a mira do lucro material através dos jogos de influência nos bastidores do poder político, as suas ilacções não são confortantes.

Transparece destas palavras que, deliberadamente, não são minhas, mas de personalidades que fizeram escola, muito desencanto e uma enorme desconfiança face ao poder. Desencanto e desconfiança que eu acompanho.

Cabe então perguntar: mas será que estamos condenados à alternativa entre um "não-Estado", a utopia da anarquia institucional, e um poder amoral – para já não dizer imoral – e à corrupção que ele fomenta?

Penso que não.

As relações entre o poder e os cidadãos, os equilíbrios institucionais, a emergência de novas sedes de poder, têm evoluído ao longo dos séculos e acumulado alguns aperfeiçoamentos. E, se o poder absoluto tende a agravar os vícios do poder, a democracia, sendo, por natureza, e seja qual for o ponto de vista por que se encare, um sistema de divisão de poderes, tende, por isso mesmo, a atenuá-los.

Só que a própria democracia está longe de ter atingido a perfeição, ou mesmo de se aproximar do estádio que o visionário ANTÓNIO SÉRGIO preconizava e segundo o qual **"a democracia é feita de tolerância e de senso prático, de refreamento e de disciplina moral"**.

Acreditamos na democracia como via para conferir maior conteúdo ético ao poder, porque a democracia é o sistema que contém, intrínsecas, maiores potencialidades para o auto-aperfeiçoamento.»

* * *

O texto que acima transcrevo, não o escrevi agora. É um extracto de uma comunicação que apresentei em Abril de 1994, há quatro anos e num contexto político diferente, num Colóquio promovido pela Delegação Norte da A25A, dedicado exactamente a este tema: Ética, Política e Poder.

Pareceu-me oportuno recuperá-lo agora, quando os portugueses são frequentemente confrontados com jogadas de baixa política e dão sinais de desencanto ao verificarem que as soluções dos mais importantes problemas políticos, no plano interno e no externo, são pretexto de "negócios" pouco transparentes, justificam o recurso a um permanente "manobrismo" de cúpulas, resultam de "pequenos truques" com desprezo pela palavra dada e pelos compromissos assumidos.

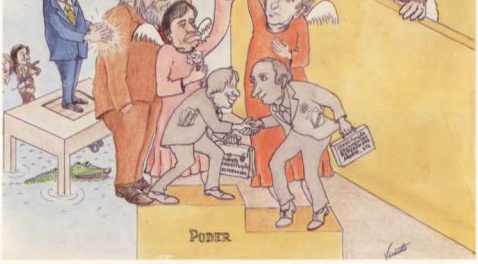
Quando se desvalorizam e esvaziam quadros de referência, os cidadãos sentem-se à deriva, perdem confiança e identificam a política com o reino do "vale tudo".

É esta a sensação que se instala quando, por exemplo, se constata que deputados eleitos pelo povo português, seus representantes no Parlamento Europeu, vêm reconhecer publicamente que votaram contra uma proposta de comemorações do fim da escravatura, *"sem conseguir explicar porque votaram contra"*, mas apenas porque as votações são ali decididas pelos dirigentes dos respectivos partidos europeus em que se inscrevem.

Ou ainda quando debates no parlamento nacional se saldam por resultados que, dos próprios deputados, surgem denúncias de terem sido "cozinhados" na sua ignorância e por motivações laterais.

Incomodidade que se agrava quando, também a título de exemplo, o líder do maior partido da oposição, se mostra confiante para a avançar com medidas legislativas que sabe serem inconstitucionais e como tal virem a ser declaradas pelo Tribunal Constitucional (TC), porque admite contar com a colaboração dos votos do Grupo Parlamentar que apoia o Governo e assim somar os 2/3 necessários para confirmar a iniciativa em nova votação, contra a qual o Acordão do TC perderá validade.

Que se recorra à maioria qualificada de 2/3 para fazer vingar uma medida legislativa, por se fazer uma interpretação diferente da do TC quanto à sua conformidade com a Lei Fundamental do país, é perfeitamente legítimo e enquadra-se no princípio democrático da separação de poderes. Mas a utilização do poder do número, resultante eventual de manobras de bastidores e visando porventura interesseiros arranjos de poder, como meio de ultrapassar o obstáculo do quadro constitucional, aquele que deve, por excelência, reger o comportamento das instituições, e com o objectivo confesso de se impor uma medida que à partida se reconhece ferida de inconstitucionalidade, revela, aliás sem surpresa, a mais cínica das preversões políticas e o maior desprezo pela soberania dos cidadãos.

Não são estes exemplos, infelizmente, as únicas fontes do nosso desencanto. Mas são suficientes para ilustrar preocupações. No mundo da globalização, o poder, um poder errático, transnacional, gerido pelos tecnocratas sem rosto das multinacionais que ninguém elegeu, encontra-se cada vez mais longe dos cidadãos. ANTÓNIO SÉRGIO quando pretendia apelar para a necessidade dos eleitores, em democracia, participarem na fiscalização dos eleitos, alertava que *"o princípio essencial da democracia é não nos fiarmos em quem governa"*. E que SÉRGIO era um homem com princípios e com preocupações éticas da política, isso ninguém ousa contestar."

PEDRO PEZARAT CORREIA